

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 2090/2025

A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MG, torna público, para conhecimento dos interessados, que às **09h00 do dia 08 de dezembro de 2025**, no portal eletrônico <https://ammlicita.org.br>, será realizada a sessão para recebimento de Proposta Comercial e documentação de Habilitação para o Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 043/2025, do tipo "**MENOR PREÇO POR ITEM**", com margem de preferência "**REGIONAL**" conforme Decreto Municipal 1.142 de 03/03/2024, modo de disputa "**ABERTO**", que reger-se-á pelas, Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, Lei Complementar de nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus anexos.

1 DO OBJETO

- 1.1 A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de utensílios domésticos para atender as necessidades das diversas secretarias municipais, conforme Anexo I – Termo de Referência.
- 1.2 Em caso de discrepância entre as especificações deste objeto descritas no sistema AMMLicita e as constantes deste edital, prevalecerão as constantes deste edital.

2 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1 Poderão participar da presente licitação os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação.
 - 2.1.1 Será admitida a participação de empresas em consórcio, nos termos do artigo 15 da lei 14.133/2021.
 - 2.1.1.1 O compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, deverá ser anexado ao sistema juntamente da proposta, contendo pelo menos, os seguintes elementos:
 - a) Designação do consórcio e sua composição;
 - b) Finalidade do consórcio;
 - c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
 - d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
 - e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas, inclusive a proporção econômica e financeira da respectiva participação, inclusive a proporção econômica e financeira da respectiva participação de cada consorciado em relação ao objeto licitado;



- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa responsável pelo consórcio e seu respectivo representante legal, que terá poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar o contrato e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência da Prefeitura de São João do Paraíso até o cumprimento do objeto da contratação, mediante a emissão do termo de recebimento definitivo, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” do item 2.1.1.1.

2.2 Não poderão participar deste pregão os interessados que:

- 2.2.1 Se encontrarem em processo de falência, de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação;
- 2.2.2 Estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- 2.2.3 Sejam estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;
- 2.2.4 Seja autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 2.2.4.1 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
 - 2.2.4.2 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.2.5 Mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com



agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.2.5.1 A vedação do item anterior se estende para eventuais empresas subcontratadas.

2.2.6 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.7 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si; e

2.3 O licitante interessado deverá encaminhar proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico até a data e o horário marcados para abertura da sessão, quando então se encerrará automaticamente a etapa de envio da proposta.

2.4. É facultado ao licitante enviar os documentos de habilitação exigidos no edital concomitantemente com a proposta.

2.5. O licitante deverá consignar na forma expressa no sistema eletrônico o valor total ofertado para cada item (resultado da multiplicação do valor unitário pela quantidade), já inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

2.6. O licitante deverá fazer em campo próprio do sistema eletrônico a descrição detalhada do produto ofertado ou colocar a expressão "de acordo com o edital".

2.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital e que observa a proibição prevista no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, sob pena de inabilitação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em tópico específico deste edital.

2.8. O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006 para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

2.9. Declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.



- 2.10. Todas as propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.
- 2.11. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.
- 2.12. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.
- 2.13. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.
- 2.14. Decorrido o prazo de validade das propostas sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
- 2.15. Todos os itens são destinados exclusivamente para empresas que estejam na condição de ME, MEI e EPP, conforme determina o inciso I do art. 48 da LC 123/06.

3. DOS ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 3.1. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licitacao@sjparaiso.mg.gov.br.
- 3.2. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a mesma no prazo de três dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.
- 3.3. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro.
- 3.4. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, se for o caso.
- 3.5. Os pedidos de esclarecimento deverão ser enviados até o terceiro dia útil que anteceder a data fixada para a abertura da sessão pública exclusivamente via internet, para o endereço eletrônico licitacao@sjparaiso.mg.gov.br.
- 3.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4. DO CADASTRO E CREDENCIAMENTO

- 4.1. A licitante deverá se cadastrar como usuária perante o provedor do sistema eletrônico



utilizado no certame, qual seja, AMMLicita <https://ammlicita.org.br> sendo observado o seguinte:

- a) O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível;
 - b) A chave de identificação e senha serão utilizadas em qualquer processo eletrônico;
 - c) Deverão comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
 - d) A senha de acesso é de responsabilidade exclusiva do usuário, não cabendo ao provedor do AMM Licita ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
 - e) Deverão solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 4.2 O cadastro no sistema AMM Licita deverá ser feito no sitio eletrônico <https://ammlicita.org.br>.
- 4.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 4.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 4.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 4.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 4.6 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente de eventuais perdas diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.7 Declarado encerrado o credenciamento pelo pregoeiro, não serão admitidos novos proponentes.



5. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

- 5.1 Na presente licitação, a fase de habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e de julgamento, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

O Município de São João do Paraíso/MG, localizado no extremo norte de Minas Gerais, enfrenta dificuldades recorrentes em procedimentos licitatórios, em razão de sua posição geográfica afastada e dos desafios logísticos característicos da região. Diversas empresas, por desconhecerem as condições locais e os custos operacionais envolvidos, participam inicialmente dos certames, mas acabam desistindo durante o processo ou após a fase de lances, o que ocasiona atrasos na entrega de produtos e serviços, necessidade de rescisões contratuais, aplicação de penalidades e prejuízos à continuidade das atividades da Administração Pública.

Verifica-se, ainda, que parte das empresas participantes não possui condições técnicas, fiscais ou operacionais para executar o objeto licitado, o que contribui para o abandono do certame após a etapa competitiva. Diante desse cenário, mostra-se necessária e vantajosa a adoção da inversão procedimental prevista na Lei nº 14.133/2021, com a realização da fase de habilitação antes da disputa de lances, conforme autoriza o art. 17, §1º, inciso II, combinado com os arts. 5º e 11 do mesmo diploma legal.

A habilitação prévia permite que apenas licitantes com documentação regular e capacidade comprovada participem da fase competitiva, evitando a presença de empresas aventureiras ou inaptas, o que reduz significativamente as chances de desistência, frustração da contratação e necessidade de convocação de remanescentes. Essa medida elimina a participação de fornecedores que não reúnem condições reais de execução, racionaliza o trabalho da Administração e impede o desperdício de tempo e recursos públicos.

Além disso, a habilitação antes dos lances confere maior comprometimento às empresas participantes, assegurando que apenas aquelas com efetiva capacidade técnica e regularidade jurídica permaneçam no certame. Isso diminui riscos de abandono contratual e confere maior segurança jurídica, eficiência e economicidade ao procedimento.

Diante das peculiaridades regionais, das dificuldades já enfrentadas e do dever de planejamento e continuidade do serviço público, justifica-se, de forma plenamente fundamentada, a adoção da inversão das fases, com a habilitação prévia das licitantes antes da etapa competitiva. Tal medida está alinhada com os princípios da eficiência, economicidade, segurança jurídica, isonomia e interesse público, garantindo maior efetividade às contratações do Município de São João do Paraíso.

- 5.2 Após a publicação do edital, os licitantes encaminharão, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do sistema,



simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta de preço com a descrição do objeto ofertado e o preço.

- a) A etapa de que trata o item 5.2 será encerrada com a abertura da sessão pública.
- b) O envio da documentação e proposta, nos termos do disposto no item 5.2, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- c) O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.
- d) Os licitantes poderão retirar ou substituir a documentação e proposta inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- e) Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público somente após o encerramento do envio de lances.
- f) Os documentos complementares quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante, observado o prazo de, no mínimo, 24 horas, contado da solicitação no sistema pelo pregoeiro.
- g) Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- h) Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto ao certame.

6. DA PROPOSTA COMERCIAL

6.1 São requisitos da proposta de preço:

- a) ser apresentada em língua portuguesa, contendo o número e a modalidade da licitação deste Edital, devendo preferencialmente, conter razão social, CNPJ, endereço, número de telefone e dados bancários.
- b) conter a assinatura do responsável legal da empresa ou representante devidamente qualificado;
- c) ser elaborada, preferencialmente, nos moldes do Anexo III deste edital;
- d) conter o prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias contados da data-limite.
- e) conter prazo de entrega de no máximo 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da requisição;
- f) garantia mínima de 06 (seis) meses.
- g) **O licitante deverá apresentar obrigatoriamente a MARCA e NOME DO PRODUTO ofertados em sua proposta sob pena de desclassificação.**
- h) **A ausência de MARCA e MODELO acarretará em desclassificação do licitante.**

6.2 No preço proposto, que constituirá a única e completa remuneração, deverão ser



computados o lucro e todos os custos, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, bem como quaisquer outras obrigações inerentes a prestação dos serviços, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a qualquer título.

- 6.3 As propostas cadastradas pelos licitantes no sistema eletrônico que descumprirem as exigências do edital quanto à forma de sua apresentação e/ou apresentarem erros que prejudiquem a oferta de lances e o caráter competitivo do certame, também serão desclassificadas mediante decisão fundamentada do pregoeiro.
- 6.4 A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.
- 6.5 Deverão as empresas vencedoras, sob pena de desclassificação, apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação pelo pregoeiro, amostra dos produtos ofertados. Tal condição justifica-se tendo em vista a necessidade da Administração de verificar previamente a qualidade, a conformidade e a adequação dos itens com as especificações técnicas constantes do edital, garantindo que os materiais a serem adquiridos atendam plenamente ao uso a que se destinam e assegurando a correta aplicação dos recursos públicos.
- 6.6 Caso as amostras não correspondam às exigências estabelecidas, a licitante será desclassificada, podendo ser convocada a próxima colocada, observada a ordem de classificação.

7 DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 7.1 Os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos de habilitação.

7.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado.
 - b.1) No caso de sociedades por ações, deverá estar acompanhado da documentação de eleição de seus administradores.
 - b.2) O contrato social consolidado dispensa a apresentação do contrato original e das alterações anteriores, devendo ser apresentadas alterações posteriores, ainda não consolidadas.
- c) Em se tratando de Micro Empreendedor Individual – MEI, o Contrato Social ou Estatuto poderá ser substituído pelo Certificado da Condição de Micro Empreendedor Individual – CCMEI;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão ou entidade competente.



- e) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

7.3 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) atualizado, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e prova de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014.
- c) Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou documento equivalente que comprove a regularidade.
- d) Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, referente ao domicílio da empresa.
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), provando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

7.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA:

- a) Certidão de Falência emitida por órgão competente com data de emissão de até 3 (três) meses da data de abertura da sessão, quando ausente indicação expressa de prazo de validade na certidão.
 - a.1) No caso de certidão de recuperação judicial positiva, a licitante deverá, juntamente da certidão, sob pena de inabilitação, apresentar comprovação de que o plano de recuperação expressamente prevê a participação da empresa em contratações públicas, bem como que referido plano foi homologado judicialmente.

7.5 Declaração de Cumprimento do Inciso XXXIII, do Art. 7º, da Constituição Federal (Anexo IV);

7.6 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas, devendo utilizar o modelo anexo a este edital;

7.7 Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos eventuais termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



- 7.8 Havendo a necessidade de envio de documentos para a confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, ou, ainda, de envio de documentos não juntados, mas que comprovem que o licitante atende às condições de aceitabilidade da proposta e de habilitação, o licitante será convocado a encaminhá-los, via sistema eletrônico, no prazo fixado pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação ou de inabilitação, prazo durante o qual, a sessão será suspensa.
- 7.9 O Pregoeiro poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.
- 7.10 O pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões para verificar as condições de habilitação dos licitantes.
- 7.11 As declarações exigidas neste edital poderão ser supridas mediante manifestação expressa do licitante no chat do sistema AMM Licita.
- 7.12 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 7.13 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:
- a) se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou
 - b) se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
 - c) se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;
 - d) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 8.1 A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta pelo pregoeiro com a utilização de chave de acesso e senha.
- a) Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de chave de acesso e senha.
 - b) O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.



9 DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO

- 9.1 Os documentos que compõem a habilitação, somente serão disponibilizados para acesso público, após avaliação do pregoeiro.
- 9.2 O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.
- 9.3 A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.
- 9.4 O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.
- 9.5 Os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico.
- 9.6 As ME, MEI e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que estes apresentem alguma restrição.
 - 9.6.1 Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública.
 - 9.6.2 A prorrogação do prazo para a regularização fiscal e trabalhista dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao pregoeiro.
 - 9.6.3 Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos cinco dias úteis inicialmente concedidos.
 - 9.6.4 A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 9.7 Todos os documentos deverão ter vigência até o dia previsto para realização do pregão eletrônico; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidos por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição, ressalvadas as exceções previstas no edital.

10 CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

- 10.1 Após a fase de habilitação, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema



eletrônico.

11 MODOS DE DISPUTA

11.1 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o seguinte modo de disputa:

11.1.1 Aberto: os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital;

12 MODO DE DISPUTA ABERTO

12.1 A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

12.1.1 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

12.1.2 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 10.1 e 10.1.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

12.1.3 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do item 12.1.1, o pregoeiro, poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

12.2 Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), será assegurado o reinício da disputa aberta, para definição das demais colocações.

12.3 O pregoeiro solicitará **ao licitante melhor classificado** que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.

12.4 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato, da nova data e horário aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

12.5 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

12.6 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for



recebido e registrado em primeiro lugar.

- 12.7 Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), será assegurado o reinício da disputa aberta, para definição das demais colocações.
- 12.8 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 30 (trinta) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato, da nova data e horário aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 12.9 O critério de julgamento será o menor preço por item, conforme definido neste edital e seus anexos.
- 12.10 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 12.11 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.
- 12.11.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;
- 12.11.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.
- 12.12 Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

13 LANCES INTERMEDIÁRIOS

13.1 Serão considerados lances intermediários:

- 13.1.1 iguais ou inferiores ao maior já ofertado, quando adotado o critério de julgamento de maior lance;
- 13.1.2 iguais ou superiores ao menor já ofertado, quando adotados os demais critérios de julgamento.

14 DESCONEXÃO DO SISTEMA DURANTE A ETAPA DE LANCES



(38)93300-1891
383832-1135



prefeitura@sjparaiso.mg.gov.br
CNPJ/MF 24.791.154/0001-07



Praça Artur Trancoso, 08 - Centro
São João do Paraíso-MG-39540-000

14.1 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

14.2 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 30 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, da nova data e horário aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação do instrumento convocatório.

15 CRITÉRIOS DE DESEMPATE

15.1 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as LICITANTES manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

15.2 Caso haja proposta apresentada por ME, MEI ou EPP sediadas local ou regionalmente, em valor até 10% (dez por cento) superior à melhor proposta, será declarada vencedora a proposta apresentada por ME, MEI ou EPP, nos termos do art. 48, §3º da Lei Complementar nº. 123/2006.

15.2.2 Será considerada ME, MEI ou EPP local aquelas sediadas no Município de São João do Paraíso/MG.

15.2.3 Será considerada ME, MEI ou EPP regional, aquelas sediadas na região de Salinas/MG, quais sejam: ÁGUAS VERMELHAS, BERIZAL, CURRAL DE DENTRO, DIVISA ALEGRE, FRUTA DE LEITE, INDAIABIRA, MONTEZUMA, SÃO JOÃO DO PARAÍSO, NOVORIZONTE, RIO PARO DE MINAS, RUBELITA, SALINAS, SANTA CRUZ DE SALINAS, SANTO ANTÔNIO DO RETIRO, NINHEIRA, TAIÓBEIRAS e VARGEM GRANDE DO RIO PARDO.

15.3 Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta classificada em 1º lugar na etapa de lances.

15.4 Será considerado vencedor, o licitante que ao final da disputa de lances, observadas as disposições da Lei Complementar nº. 123/2006, ofertar o MENOR PREÇO UNITÁRIO.

15.5 Será desclassificada:

- a) a proposta que não atender às exigências deste edital;
- b) a proposta que apresentar preço excessivo ou manifestamente inexequível.

15.6 Da sessão pública do Pregão, será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para



habilitação e dos recursos interpostos.

- 15.7 A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo toda e qualquer informação, acerca do objeto, ser esclarecida previamente junto ao Pregoeiro.
- 15.8 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

16 NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

- 16.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.
- 16.1.1 A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 16.1.2 Os licitantes terão, 24 horas contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o item 16.1.

17 JULGAMENTO DA PROPOSTA

- 17.1 Encerrada a etapa de negociação de que trata o item 15.1, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital.
- 17.1.1 Para fins de verificação da documentação de habilitação do licitante classificado em primeiro lugar, será concedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para que o participante vincule ao sistema eletrônico a documentação indicada no item 8 deste instrumento convocatório, considerando as disposições do inciso II, do art. 63 da Lei Federal 14.133/21.

18 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 18.1 Dos atos da Administração cabem:
- 18.1.1 Recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:
- a) Julgamento das propostas;



- b) Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- c) Anulação ou revogação da licitação;
- d) Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

18.1.2 Pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

18.2 Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “a” e “b” do subitem 18.1.1, serão observadas as seguintes disposições:

18.2.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no subitem 18.1.1 será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento;

18.2.2 A apreciação dar-se-á em fase única.

18.3 O recurso de que trata o subitem 19.1.1 será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.4 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

18.5 O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

18.6 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

19 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1 Homologado o resultado da licitação, a Secretaria, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

19.2 A Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.





- 19.3 O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando a Administração optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não a Ata de Registro de Preços, e o preço cotado neste, for igual ou superior ao registrado.
- 19.4 O preço registrado e os respectivos fornecedores serão divulgados no Diário Oficial e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
- 19.5 A Administração monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.
- 19.6 A Administração convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.
- 19.7 Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.
- 19.8 Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamentado e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, etc.), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.
- 19.9 Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.
- 19.10 Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Administração para determinado Item.
- 19.11 Não havendo êxito nas negociações com o primeiro colocado, a Administração poderá convocar os demais fornecedores classificados ou revogar a Ata de Registro de Preços ou parte dela.
- 19.12 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas trimestralmente no Diário Oficial.
- 19.13 O órgão convocará o interessado para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair do direito, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de



Registro de Preços:

- a) efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente; ou
- b) assinar o contrato.

19.14 Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

19.15 Será permitido o registro de mais de um fornecedor desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação;

20 DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

20.1 Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas no art. 85 da Lei 14.133/21.

20.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

20.3 **QUALQUER ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DEVERÁ SER PREVIAMENTE COMUNICADA AO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MG.**

20.4 É vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participação, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto do edital.

21 DO RECEBIMENTO

21.1 Os produtos deverão ser entregues no prédio da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso, situado na Praça Artur Trancoso, 08 – Centro.

21.2 Concluída a entrega dos produtos, o recebimento do mesmo dar-se-á, através de vistoria conjunta realizada pela adjudicatária e pela Comissão de Recebimento.

21.3 A nota fiscal/fatura, sem qualquer rasura, deve ser emitida pela empresa participante do certame, em nome da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso e deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

22 DO PREÇO E DO PAGAMENTO



(38)93300-1891
383832-1135



prefeitura@sjparaiso.mg.gov.br

CNPJ/MF 24.791.154/0001-07



Praça Artur Trancoso, 08 - Centro
São João do Paraíso-MG-39540-000

- 22.1 Os itens objeto do presente edital serão fornecidos pelo preço constante na proposta da licitante vencedora.
- 22.2 O pagamento será realizado em moeda corrente nacional, imediatamente após a data do recebimento dos materiais.
- 22.3 A liquidação da despesa deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 22.3.1 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, suspenderá os prazos de liquidação.
- 22.4 O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, cabendo à beneficiária/detentora da ata de registro de preços manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 22.5 Não será efetuado qualquer pagamento à detentora da ata enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade;
- 22.6 O preço referido registrado inclui todos os custos e benefícios decorrentes do fornecimento dos produtos, de modo a constituírem a única e total contraprestação;
- 22.7 O Município poderá sustar o pagamento a que a detentora da Ata tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes do fornecimento dos produtos.

23 DAS PENALIDADES

- 23.1 Incorre em infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - III - dar causa à inexecução total do contrato;
 - IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;





- VI - não celebrar o contrato ou Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- XIII - tumultuar a sessão pública da licitação;
- XIV - propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
- XV - deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- XVI - deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;
- XVII - permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- XVIII - deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
- XIX - deixar de devolver eventuais valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;
- XX - manter empregado, responsável técnico ou qualquer pessoa sob sua responsabilidade com qualificação em desacordo com as exigências do edital ou do contrato, durante a execução do objeto.
- XXI - utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
- XXII - tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- XXIII - deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- XXIV - deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
- XXV - deixar de repor funcionários faltosos;
- XXVI - deixar de apresentar, quando solicitado pela administração, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:
 - a) registro de ponto;
 - b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso



- semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- c) comprovante de depósito do FGTS;
- d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
- e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
- f) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

- XXVII - deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- XXVIII - entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidades contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
- XXIX - ofender agentes públicos no exercício de suas funções;
- XXX - induzir a administração em erro;
- XXXI - deixar de manter empregados, que fiquem nas dependências e à disposição da administração nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;
- XXXII - compartilhar recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos por parte do contratado, nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;
- XXXIII - impossibilitar a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos, em relação aos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;
- XXXIV - apresentar proposta inexecutável com finalidade de tumultuar o procedimento;
- XXXV - deixar de demonstrar exequibilidade da proposta quando exigida pela administração;
- XXXVI - subcontratar serviço em contrato em que não há essa possibilidade;
- XXXVII - deixar de apresentar no prazo do art. 96, §3º da Lei 14133/21, garantia pelo contratado quando optar pela modalidade seguro garantia;
- XXXVIII - deixar de comprovar, quando solicitado, na execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas;
- XXXIX - deixar de manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representar o contratado na execução do contrato;
- XL - Deixar de aceitar as supressões e acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) em relação aos contratos.

23.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) de advertência que consiste em comunicação formal ao infrator do



descumprimento de uma obrigação do edital, da Ata de Registros de Preços ou da inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

- b) de multa, o infrator que, injustificadamente, descumprir a legislação, cláusulas do edital ou cláusulas contratuais, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor de referência do certame ou do contrato nos termos estabelecidos nos respectivos instrumentos, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:

- I - multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 10% (dez por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;
- II - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação do certame ou do valor da contratação direta em caso de recusa do infrator em assinar o contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;
- III - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 10.1, subitens I, IV, V, XIII, XIV e XV, deste edital;
- IV - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 10.1, subitens XVI, XVII, XVIII, XX, XXI, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXXI, XXXIII, XXXVIII e XXXIX deste edital;
- VI - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 10.1, subitens II, III, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XXIX, XXX, XXXIV e XXXV deste Edital;
- VI - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 10.1, subitens XIX, XXII, XVIII, XXXII, XXXVI, XXXVII e XL, deste edital;
- VII - multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à administração, superiores aos contratados.

- c) de impedimento de licitar e contratar que impedirá o infrator de participar de licitação e contratar com a administração:

- I - por até 01 (um) ano, caso o infrator:
 - a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do certame sem motivo justificado;
- II - por até 02 (dois) anos, caso o infrator:



- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o mesmo ou durante a execução do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - por até 03 (três) anos, caso o infrator:

- a) não celebrar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) der causa à inexecução total do contrato.
- d) de Declaração de Inidoneidade de contratar com a Administração Pública, será aplicada por prazo não superior a 6 (seis) anos, nas seguintes hipóteses:

I - por período de 3 (três) a 4 (quatro) anos, no caso de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

II - por período de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, nos casos de:

- a) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- b) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

III - por período de 5 (cinco) a 6 (seis) anos, nos casos de:

- a) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/13;
- b) dar causa à inexecução total do contrato, por ato doloso que cause lesão ao erário.

24 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

24.1 Por se tratar de licitação para REGISTRO DE PREÇOS, a adequação orçamentária será verificada no momento da contratação.

25 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

25.2 A apresentação das propostas implicará a plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

25.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se





o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na Prefeitura.

- 25.4 A Prefeita Municipal poderá revogar a presente licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
- 25.5 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.
- 25.6 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.
- 25.7 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da aquisição.
- 25.8 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à aquisição.
- 25.9 No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 25.10 Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o juízo da Comarca de São João do Paraíso/MG.
- 25.11 Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário, anteriormente estabelecidos.
- 25.12 Cópias do Edital e seus anexos serão fornecidas, gratuitamente, por meio eletrônico, no provedor do sistema AMM Licita, pelo site <https://ammlicita.org.br> ou e-mail licitacao@sjparaiso.mg.gov.br.
- 25.13 Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente Edital deverão ser objeto de consulta, ao Pregoeiro na Prefeitura Municipal, por meio eletrônico, em formulário específico do provedor do sistema AMM Licita. Demais informações poderão ser obtidas pelos telefones (38) ou através do E-mail: licitacao@sjparaiso.mg.gov.br.
- 25.14 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.





25.15 Fazem parte integrante deste Edital:

- Anexo I - Termo de Referência;
- Anexo II - Modelo de credenciamento;
- Anexo III - Planilha de Apresentação de Propostas;
- Anexo IV - Modelo de Declaração que não emprega menor;
- Anexo V - Modelo de Ata de Registro de preços;
- Anexo VI - Minuta de contrato de fornecimento;
- Anexo VII - Modelo de Declaração de Integralidade dos custos;
- Anexo VIII - Modelo de Declaração de Reserva de Cargos para Pessoa com deficiência e para a reabilitação da previdência social;
- Anexo IX - Modelo de Declaração de que pode usufruir dos benefícios de ME e EPP.

São João do Paraíso/MG, 24 de novembro de 2025.

TAMIRES PEREIRA DE SOUSA
Pregoeira



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

- 1.1 Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de utensílios domésticos para atender as necessidades das diversas secretarias municipais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

Item	Quant	Unid.	Descrição
01	100	UND	APARELHO DE BARBEAR Aparelho de barbear descartável, com 02 lâminas inoxidáveis revestidas com cromo para evitar a oxidação e fita lubrificante.
02	70	UND	BACIA CANELADA N° 35.
03	35	UND	BACIA CANELADA DE 30 LITROS.
04	75	UND	BACIA DE PLÁSTICO - 15 LITROS.
05	60	UND	BACIA DE PLÁSTICO RESISTENTE - 5 LITROS
06	200	UND	BACIA MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE 12 LITROS.
07	100	UND	BALDE DE PLÁSTICO - 60 LITROS - C/ TAMPA.
08	200	UND	BALDE PLÁSTICO 12 LITRO Alta densidade (pead) com alça em aço zincado, e resistência a impactos, paredes, fundo e encaixe de alça reforçado, com dados de identificação do produto e marca do fabricante. composição: plástico de polipropileno
09	30	UND	BORRACHA VEDAÇÃO SILICONE PARA PAINEL DE PRESSÃO - 10 LITROS. conforme norma abnt.
10	10	UND	BORRACHA VEDAÇÃO SILICONE PARA PAINEL DE PRESSÃO – 4,5 LITROS. Conforme norma abnt.
11	10	UND	BORRACHA VEDAÇÃO SILICONE PARA PAINEL DE PRESSÃO – 7 LITROS. Conforme norma abnt
12	25	UND	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA - com tampa e com travas para melhor fechamento 50 litros.
13	500	UND	CANECA PLÁSTICA COM ALÇA PARA MERENDA ESCOLAR 330 ML
14	100	UND	CESTO ORGANIZADOR TELADO DE PLÁSTICO 60L COM TAMPA Cesto organizador telado de plástico 60l com tampa, alta resistência, material em polipropileno.
15	400	PCT	COLHER DESCARTAVEL PACOTE COM 50 UNIDADES.
16	50	UND	CAIXA ORGANIZADORA BAIXA EM PLÁSTICO 10 LITROS COM TAMPA E PRESILHA LATERAL.
17	70	UND	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA - 12 LITROS
18	25	UND	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA - incolor 2 litros com tampa e presilha lateral.
19	35	UND	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA -com tampa e com travas para melhor fechamento 15 litros.
20	25	UND	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA - com tampa e com travas para melhor fechamento 45 litros
21	25	UND	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA - com tampa e com travas para melhor fechamento 50 litros.
22	25	UND	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA - incolor 3 litros com tampa e presilha lateral
23	80	UND	CANECO DE ALUMÍNIO N° 14 CAPACIDADE 2 LITROS.
24	80	UND	CANECO DE ALUMÍNIO N° 16 CAPACIDADE 2,5 LITROS.
25	240	UND	CESTO DE LIXO TELADO DE PLÁSTICO 10 LITROS PARA BANHEIRO
26	40	CONJ	CONJ. DE POTES P/ MANTIMENTOS 5 PEÇAS – plástico contendo pote 6 litros no mínimo, pote 3,3 litros no mínimo, pote 2 litros no mínimo, pote 1 litro no mínimo e pote 500 ml no mínimo. apto a microondas.
27	130	JOGO	COPO GRANDE VIDRO 300ML EMBALAGEM COM 06 UNIDADES.



(38)93300-1891

383832-1135



prefeitura@sjparaíso.mg.gov.br

CNPJ/MF 24.791.154/0001-07



Praça Artur Trancoso, 08 - Centro

São João do Paraíso-MG-39540-000



28	5.000	PCT	COPO DESCARTAVEL 200ML C/ 100 UNIDADES.
29	2.000	PCT	COPO DESCARTAVEL 50ML C/ 100 UNIDADES
30	50	UND	DISPENSER SUPORTE PORTA COPOS DESCARTAVEIS 200 COPOS
31	50	UND	ESPONJA PARA BANHO Esponja para banho, dupla face, prática para o dia a dia, anatômica. Dermatologicamente testada. Hipoalergênica.
32	30	UND	EXTENSÃO ELÉTRICA 10 MT
33	50	UND	FACA DE CORTE - GRANDE Nº8.
34	150	UND	BORRACHA DUPLA PARA RODO DE ALUMÍNIO, 60 CENTÍMETROS.
35	100	CAIXA	COLHER DE SOPA EM AÇO INOX 12 UNIDADES
36	60	CAIXA	COLHER INOX PARA CHÁ 6 UNIDADES
37	40	UND	CONCHA CABO DE MADEIRA
38	60	CAIXA	COPO AMERICANO DE VIDRO 190ML
39	150	UND	COADOR DE CAFÉ DE PANO. Em algodão com cabo plástico lavável, reutilizável. com no mínimo 10 cm de diâmetro.
40	10	UND	ESCORREDOR DE MACARRÃO LINHA HOTEL 10LITROS
41	10	UND	ESCORREDOR DE MACARRÃO LINHA HOTEL 27LITROS
42	10	UND	ESCORREDOR DE MACARRÃO LINHA HOTEL 18,5 LITROS
43	50	UND	FACA DE CORTE - MEDIA Nº 7
44	60	UND	FACA DE CORTE - PEQUENA Nº 6.
45	70	UND	FILTRO DE ÁGUA DE BARRO CAPACIDADE 10 LITROS COM 4 VELAS.
46	60	UND	FILTRO DE ÁGUA DE BARRO CAPACIDADE 8 LITROS COM 2 VELAS
47	100	UND	GARRAFA DE CAFÉ 1 LITRO Garrafa de café térmica, 1 litro, Tampa De Rosquear, cores variadas.
48	155	DÚZIA	GARFO DE COZINHA MESA AÇO INOX.
49	20	UND	GARRAFA PARA CAFÉ INOX – 1,8 LITROS.
50	10	UND	Ebulidor Elétrico - Aquecedor de água. Grande 29cm 1000W 127V
51	40	UND	CORTINA TAM 2,5 m por 2,5m O forro em voil permite a entrada de luz natural, ao mesmo tempo em que oferece privacidade, criando um ambiente acolhedor e convidativo
52	90	UND	GARRAFA TÉRMICA 5 LT COM ROSCA. Revestida em plástico rígido, com tampa.
53	150	UND	JARRA DE PLASTICO C/ TAMPAS 4 LITROS
54	35	UND	JARRA DE PLASTICO COM TAMPAS 2 LT.
55	100	JOGO	JOGO DE COPO DE VIDRO C/ 24 UNIDADES 190ml.
56	70	UND	LIXEIRA PLÁSTICA BASCULANTE COM TAMPAS 35 LITROS Lixeira plástica basculante com tampa, material plástico reforçado em polipropileno capacidade para 35 litros
57	50	UND	LIXEIRA PLÁSTICA BASCULANTE COM TAMPAS 15 LITROS Lixeira plástica basculante com tampa, material plástico reforçado em polipropileno capacidade para 15 litros.
58	10	UND	LIXEIRA PLÁSTICA COM TAMPAS 100 LITROS Lixeira plástica com alças e tampa, material plástico reforçado em polipropileno capacidade para 100 litros.
59	20	UND	LIXEIRA PLÁSTICA COM TAMPAS 60 LITROS Lixeira plástica com alças e tampa, material plástico reforçado em polipropileno capacidade para 60 litros.
60	60	UND	LIXEIRA PLÁSTICA DE PEDAL COM TAMPAS 20L Lixeira plástica em polipropileno de pedal com tampa em plástico. Capacidade 20 litros.
61	60	UND	PANELA DE PRESSÃO 4,5 LITROS
62	50	UND	PANELA DE PRESSÃO 7 LITROS
63	30	UND	PANELA DE PRESSÃO DE 10 LITROS
64	50	UND	PANELA DE PRESSÃO DE 15 LITROS
65	450	PCT	Prato descartável diâmetro 21cm – plástico contém 10 unidades. PRATO PLÁSTICO DURÁVEL FUNDO PARA MERENDA ESCOLAR, 400ML, 22CM DE DIAMETRO.
66	130	CAIXA	PRATO DE VIDRO FUNDO COM 24 UND
67	170	DÚZIA	PRENDEDOR DE ROUPA MADEIRA.





68	20	UND	RODO PARA ENCERAR
69	80	UND	RALO ALUMÍNIO 04 LADOS
70	50	UND	REGISTRO PARA BOTIJÃO DE GÁS
71	900	PCT	TOALHAS UMEDECIDAS 100UND Toalhinhas umedecidas dermatologicamente testado, sem álcool etílico, embalagem com 100 unidades.
72	80	UND	TABUA P/ CARNE DE PLÁSTICO.
73	150	UND	TAPETE 0,60 X 0,40 OU SIMILAR
74	490	UND	TOALHA DE ROSTO FELPUDA 45x80.
75	230	UND	TORNEIRA P/ FILTRO.
76	40	UND	Vasilha plástica com tampa e capacidade de 10 litros
77	20	UND	VÁLVULA DE ALUMÍNIO PARA PAINEL DE PRESSÃO
78	30	UND	MANGUEIRA PARA BUIÃO DE GÁS COM SELO INMETRO
79	200	JOGO	JOGO DE XÍCARAS Jogo Com 6 Xícaras De Vidro Para Café, Chá, Capuccino 240 ml.
80	70	UND	TOALHA DE MESA DA COR BRANCA, vermelha, azul, rosa, amarela TAM 2,5m POR 2,5m
81	70	UND	FORMA DE BOLO QUADRADA 60X40
82	70	UND	FORMA DE BOLO QUADRADA 45X30
83	70	UND	FORMA DE BOLO QUADRADA 38X27
84	70	UND	FORMA DE BOLO QUADRADA 30X22
85	30	UND	LIXEIRA DE METAL COM TAMPA 20 LITROS
86	70	UND	FORMA ASSADEIRA N24, BOLO PUDIM REDONDA TUBO – 2,800L
87	70	UND	FORMA ASSADEIRA N30, BOLO PUDIM REDONDA TUBO – 2,800L
88	10	UND	Caçarola Painel Grande Industrial Restaurante N°45 - 31 L Altura: 20cm Diâmetro: 45cm Espessura do alumínio: até 3mm Capacidade: 31L
89	25	UND	CORTADOR FATIADOR DUPLA FACE, RALO LEGUME, BATATA CHIPS, PEPINO.
90	25	UND	RALADOR 4 FACES INOX
91	30	UND	POTE DE VIDRO LISO PARA MANTIMENTOS 3 LITROS, COM TAMPA BLANC
92	10	UND	POTE DE VIDRO LISO PARA MANTIMENTOS 1,2 LITROS
93	310	PCT	PALITO PRA CHURRASCO, PACOTE COM 50 UNIDADES
94	10	UND	Painel de Pressão Polida Fechamento Externo 24 Litros Alumínio Nacional Painel de pressão de alumínio profissional com capacidade de 24 litros Ideal para uso em cozinhas profissionais e preparação de grandes quantidades de alimentos
95	08	UND	ASSADEIRA QUADRADA 58x70x3,5 ALUMINIO.
96	20	UND	Caldeirão N°30 Linha Hotel De Alumínio 20litros Restaurante - Para complementar a sua cozinha, com utensílios de alta qualidade, invista em um Caldeirão de alumínio Polido. - Caldeirão fabricado com alto padrão de qualidade em alumínio reforçado; - Uma excelente opção para uso industrial, hotéis, restaurantes e sua cozinha - Um excelente produto para lhe auxiliar no preparo das mais diversas receitas; - Alças laterais reforçadas; ESPECIFICAÇÕES: - Diâmetro: 30 Centímetros - Altura: 31 Centímetros - Capacidade: 20 Litros - Acompanha Tampa: Sim - Tipo: Caldeirão Alumínio - Material: Alumínio polido - Acompanha Tampa: Sim - Material da Tampa: Alumínio - Alças em Alumínio Fundido Batido - Super Resistentes - Excelente Durabilidade - Não Enferruja ITENS INCLUSOS: 01 Caldeirão capacidade: 20 litros 01 Tampa De Alumínio
97	200	UND	MAMADEIRA COM BICO DE SILICONE 250ML
98	25	CONJ	Conjunto 3 peneiras em aço inox premium acabamento refinado, resistente, suporte para painéis e travessas – tamanhos P, (8cm) M (10cm) G (12cm) Funcional, Durável e de fácil manuseio – compatível com lava louças. Dimensões do produto 23C x 10L x 15º centímetros.
99	15	UND	Mixer Power Black Inox 3 em 1 127V. Cor – preta, capacidade 7,5 E + 2 mililitros, dimensões do produto 5P x 6,5L x 42º centímetros, material aço inoxidável. 750W de potência: mais performance e potências para todos os tipos de preparo. Velocidades ajustáveis + turbo: Botões de ajustes de velocidades mais ergonômicos para mais conforto durante o uso, e função turbo para preparos mais rápidos. 4 lâminas em inox: Entregam preparos mais rápidos, são mais





			resistentes e mais fácil de limpar. 3 acessórios: Acessório de fouet é ideal para misturar alimentos leves e claras em neve. O copo de 750 ml possui tampa e poder ser utilizado para armazenar seus preparos direto na geladeira.
100	20	UND	Pipoqueira 20 cm 3,5 l Loreto vermelho Alumínio c/ revestimento antiaderente, capacidade: 3,5 lts / característica antiaderente material alumínio
101	100	UND	Kit Pote descartável 250 ml c/ tampa redondo c/ 25 unidades
102	960	UND	Prato p/ sobremesa 20 cm c/ aba gourmet porcelana
103	30	UND	Prato p/ bolo c/ pé vidro 30x 10,5 cm redondo
104	50	UND	Lixeira telada de plástico 10 litros
105	40	UND	Lixeira c/ pedal + Haster + Aro 100 litros em polietileno de alta densidade (PEAD) ou polipropileno (PP). Largura 425 mm / Comprimento 595 mm peso 7,708 kg.
106	30	UND	Bomboniere maracanã grande c/ tampa potiche vidro cristal.
107	30	UND	Bomboniere baleiro porta doces. Bombons de coração 22 cm x 18 cm x 13 cm c/ tampa vidro.
108	100	UND	Jarra p/ suco de vidro c/ tampa 500 ml quadrada.
109	35	UND	Jarra p/ suco de vidro c/ tampa 1,2 litros quadrada
110	300	UND	Toalha De Mesa 1,50m x 1,50 Tecido Oxford de cor verde, rosa, branca, amarela, preta, azul, roxa.
111	30	UND	Vasilha de vidro c/ tampa temperada 1 litro
112	100	UND	TAPETE 1,00 X 1,40 Impermeável- Limpa Fácil, não retém poeira, Alta Qualidade de Impressão, Material leve e de fácil transporte. Não propaga chama. Desenho: Amarelinha Isolante térmico, Superfície macia. Medidas: Largura: 1 metro, Comprimento: 1,40 metros, Espessura:5mm
113	30	UND	Vasilha de vidro c/ tampa temperada 2 litros
114	60	UND	Boleira de vidro c/ tampa e pé yasmim.
115	30	UND	Botijão térmico 8 litros inox café suco e chá garrafão buffet com tripé.
116	10	UND	Botijão palace térmico 5 litros inox café exterior aço e interior de alumínio
117	50	UND	Concha Hotel nº 12 alumínio.
118	50	UND	Concha Alumínio nº 8.
119	30	UND	Suqueira de vidro 3 litros.
120	30	UND	Suqueira de vidro 5 litros
121	100	UND	CORTINA 2,60 X 1,70 LISA SLIM BLACKOUT 100% Cortina 2,60m x 1,70m para sala ou quarto - tem 2 partes iguais -produto para varão simples de até 28mm - cor do ilhós: cromado ilhós: desliza facilmente sobre o varão possui ilhós, composição do produto: 100% poli cloreto de vinila (Pvc) o produto é confeccionado em Pvc, sendo um tipo de plástico especialmente feito para confecção de cortinas, possuindo uma textura na parte frente que imita tecido. A parte de trás do Pvc é da cor cinza, sendo a parte cinza responsável por vedar 100 % a luz, com isso ajuda na preservação de pisos e móveis do envelhecimento que o sol causa, além de também ser muito eficiente no controle da temperatura. Sobre o produto: sombreamento total de 100%
122	80	CAIXA	Copo long drink Bar 390 ml transparente c/ 24 unidades
123	40	UND	Assadeira pão 38 x 63 x 3, 7,3 litros Alumínio linha hotel.
124	25	UND	Pote de vidro 800 ml.
125	40	UND	Descascador e baleador, cortador dupla face.
126	60	UND	Escumadeira silicone c/ cabo inox – 35 cm composição silicone e inox suporta temperatura a até 220 °C, Prática e leve, Pesa Apenas 105 g facilitando o manuseio, elimina a gordura com rapidez.
127	50	UND	Balde plástico 21 litros reforçado c/ alça.
128	40	UND	Saladeira redonda c/ tampa , transparente, plástico 5,5 litros
129	50	UND	FORMA DE BOLO RETANGULAR ALUMÍNIO 41,5 X 30,5 X 4,3 CM
130	60	UND	Assadeira retangular linha seleta 3,5 litros, vidro resistente a choques térmicos – vai ao forno, micro-ondas, geladeira e lava-louças com total segurança. Assadeira com tampa plástica – Ideal para conservar alimentos, transportar e armazenar com praticidade. Capacidade de 3,5 litros – perfeita para preparar receitas completas, sobremesas e refeições para toda a família.





131	50	CONJ	Conjunto c/ 3 potes de vidro redondos c/ tampa plástica; VDR 7093 – VM, Euro Home. Medidas: Pote 500 ml 14,5cm x 14,5 cm x 6,5 cm. Pote 350 ml: 13cm x 13 cm x 6 cm. Pote 200 ml: 110 cm x 11 cm x 5 cm.
132	50	UND	Suporte para botijão de gás de alumínio c/ rodinhas.
133	50	UND	Suporte p/ botijão de gás de plástico com rodinhas.
134	50	UND	Escorredor de pratos tubular c/ porta copos inox.
135	60	UND	Bandeja inox 38 cm.
136	50	UND	Bandeja melamina standard 41 cm.
137	50	KIT	Kit 2 peças de caixa organizadora 3 litros.
138	40	UND	Saladeira c/ tampa de plástico 10 litros.
139	50	UND	Balde de plástico c/ tampa 100 litros.
140	70	UND	Canecão Hotel nº 19 capacidade 4,900 litros de alumínio.
141	60	UND	Canecão extraforte 22 cm vol. 6,4 litros alumínio
142	30	UND	Tacho de alumínio batido nº 50 c/ tampa.20 30
143	30	UND	Tacho de alumínio batido nº 55 c/ tampa.
144	30	UND	Tacho de alumínio batido nº 60 c/ tampa.
145	30	UND	Caçarola reta asa nº 21. Alumínio capacidade: 3,5 litros.
146	30	UND	Caçarola reta asa nº 23 alumínio capacidade 4,9 litros.
147	30	UND	Caçarola reta cabo nº 17 alumínio capacidade 1,8 litros.
148	30	UND	Caçarola reta c/ cabo nº 19 alumínio capacidade 2,7 litros.
149	30	UND	Botijão térmico capacidade 12 litros c/ torneira c/ tripé embutido.
150	30	UND	Caçarola alumínio batido polida nº 26.
151	30	UND	Caçarola alumínio batido polida nº 28.
152	30	UND	Caçarola alumínio batido polida nº 30.
153	30	UND	Tampa de alumínio / avulsa nº 30.
154	30	UND	Tampa de alumínio / avulsa nº 35.
155	30	UND	Caçarola alumínio batido polida nº 32.
156	30	UND	Caçarola alumínio batido polida nº 34.
157	30	UND	Caçarola alumínio batido polida nº 36.
158	30	UND	Caçarola alumínio batido polida nº 38
159	30	UND	Caçarola alumínio batido polida nº 40.
160	120	UND	Xícara de vidro 240 ml.
161	100	JOGO	Jogo de taça diamante c/ 6 peças 340 ml transparente.
162	100	JOGO	Jogo de taças diamante c/ 6 peças 260 ml transparente.
163	30	UND	Tampa de alumínio / avulsa nº 40.
164	30	UND	Tampa de alumínio / avulsa nº 45.
165	100	DÚZIA	Colher p/ sobremesa c/ 12 unidades inox.
166	30	UND	Tampa de alumínio / avulsa nº 50.
167	30	UND	Tampa de alumínio / avulsa nº 55
168	60	UND	Vasilha de vidro c/ tampa temperado 3,0 litros redonda.
169	60	UND	Pegador de salada aço inox 29 cm.
170	60	UND	Pegador universal aço inox 29 cm.
171	60	UND	Amassador de batatas aço inox 26cm.
172	60	UND	Batedor de ovos silicone c/ inox.
173	60	UND	Pincel de silicone 25,5 x 4,5 cm. Não risca a panela suporta até 230 °C
174	60	UND	Colher p/ suco aço inox 30 cm.
175	50	UND	Colher de sorvete aço inox 18 cm.





176	400	PCT	Prato plástico descartável diâmetro 15 cm. Contém 10 unidades.
177	120	KIT	Kit pote c/ tampa redondo 500ml vai no freezer e micro-ondas contém 24 unidades livre de bisfenol/ BPA FREE. Temperatura máximo de uso 100 °C.
178	400	PCT	Colher sobremesa poliestireno contém 50 unidades.
179	40	UND	Processador elétrico inox c/ 4 lâminas capacidade é de 500 ml a 1 litro trava de segurança e a base antiderrapante para evitar possíveis acidentes. Lâminas em aço inoxidável de grande resistência e durabilidade 127 v.
180	60	UND	Concha em aço inox 36,4cm
181	60	UND	Taça p/ água 250 ml (NADIR) transparente.
182	150	JOGO	Pratos raso menu Opaline Branco 26,5 cm kit 6 unidades vidro temperado referência 5543/8781 EAN
183	50	UND	Escova p/ lavar e higienizar alimentos, frutas e legumes. Dimensões: 7,8 x 5,0 x 3,5mm. Cores verde, vermelho e amarelo.
184	60	UND	Caixa plástica preta c/ tampa 140 lts comprimento x Largura x Altura 55,5 x 76,5 x 41 peso = 3kg
185	60	UND	Caixa plástica organizadora c/ tampa 180 lts resistente cor preta peso 7 kg. Altura 48,5 cm. Largura 56 cm. Comprimento 89 cm.
186	30	UND	Amolador afiador em aço inox
187	10	UND	Triturador /processador de alimentos 3 lâminas
188	20	UND	Frigideira inox com revestimento antiaderente 24cm
189	50	UND	Garrafa squeeze plastica 600ml cores sortidas
190	30	JOGO	Jogo de panelas em alumínio polido 5 peças
191	10	JOGO	Jogo de panelas com revestimento antiaderente 5 peças
192	15	UND	Pegador de massa em aço inox 29cm
193	60	UND	Vasilha plástico multiuso organizadora 4l
194	60	UND	Vasilha plástico multiuso organizadora 2l
195	50	UND	Vasilha plástico multiuso organizadora 1l
196	20	KIT	Kit de latas de mantimentos de alumínio com 5 peças
197	50	UND	TOALHA DE MESA FÁCIL DE LIMPAR RETANGULAR 8 LUGARES 160X270CM 100% POLIÉSTER.
198	100	UND	VARÃO 2 METROS 28MM CORES VARIADAS. Tamanho: 2,00m, diâmetro: 28mm, ilhós de até: 28mm ou 32mm. Para cortinas de: ilhós, alças, argolas ou passa varão. Peças injetadas em plástico reciclável de alta durabilidade.
199	100	UND	CORTINA 2,60 X 1,70 LISA SLIM BLACKOUT 100%. Cortina 2,60 x 1,70m para sala ou quarto – tem 2 partes iguais – produto para varão simples de até 28mm – cor dos ilhós: cromado ilhós: desliza facilmente sobre o varão possui ilhós, composição do produto: 100% poli cloreto de vinila (Pvc) o produto é confeccionado em Pvc, sendo um tipo de plástico especialmente feito para confecção de cortinas, possuindo uma textura na parte frente que imita tecido. A parte de trás do Pvc é da cor cinza, sendo a parte cinza responsável por vedar 100% a luz, com isso ajuda na preservação de pisos e móveis do envelhecimento que o sol causa, além de também ser muito eficiente no controle da temperatura. Sobre o produto: sombreamento total de 100%.
200	20	UND	FARINHEIRA PLÁSTICA GRANDE 900ML.
201	70	UND	Colher de arroz em aço inox 32,5cm.
202	160	JOGO	Faqueiro Aço Inox com Detalhe 24 Peças! Produzido totalmente em aço inox, as peças que compõem o jogo possuem um lindo acabamento, As peças são fáceis de limpar e podem ser lavadas na máquina de lavar louças. embalagem: 6 Garfo de Mesa 6 Faca para Churrasco 4" 6 Colher de Mesa 6 Colher para Chá
203	50	UND	Vaso tubo cilindro decorativo de vidro 14 x 30 transparente.
204	50	UND	Vaso tubo cilindro decorativo de vidro 14 x 40 transparente.
205	40	UND	Vaso de vidro transparente grande p/ arranjo de flores hidropônico – Decoração moderna cor rosa, repolho, azul, nude, verde, preto, dourado, prata 24 cm / 9.45 in Altura. Largura 12,5cm / 4.92 in e 8cm / 3,15 in.
206	30	UND	Vaso Aquário vidro redondo



			2 litros para decoração terrário. Altura 13cm x 15 cm
207	30	UND	Vaso taça castiçal Napoli grande 15 x 40,5 cm para decoração
208	30	UND	Vaso grande p/ plantas 58 x 36 cm moderno em polietileno decorativo cone grafiato escovado luxo marrom.
209	30	UND	Vaso de cerâmica elegante francês – design moderno listrado. 23,5 cm / 9,25 INch altura. 11,5 cm / 4,53 inch largura.
210	50	UND	JOGO DE BANHEIRO 3 PEÇAS Detalhes do Produto: Material: 100% Poliéster Modelo: Jogo de Banheiro 3 Peças, Acompanha: 1 tapete central, 1 tapete de vaso e 1 tampa de vaso, Medidas: Capa da Tampa de Vaso: 40cm x 42cm Tapete Frente de Vaso: 45cm x 35cm Tapete Porta de Box: 45cm x 70cm

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Os diversos setores da Administração Pública Municipal desempenham atividades essenciais ao atendimento da população e ao funcionamento da máquina pública. Para garantir condições adequadas de trabalho, conservação de espaços públicos e atendimento às demandas administrativas e sociais, faz-se necessária a aquisição de utensílios domésticos básicos, tais como painéis, copos, talheres, garrafas térmicas, vassouras, baldes, recipientes plásticos, entre outros itens.

Tais materiais são imprescindíveis para o adequado funcionamento de cozinhas institucionais, refeitórios, salas administrativas, prédios públicos, eventos oficiais, programas sociais, capacitações, acolhimentos, além de apoio logístico às atividades educativas, culturais, esportivas e assistenciais promovidas pelas Secretarias Municipais.

Ademais, muitos dos utensílios atualmente existentes se encontram desgastados, danificados ou insuficientes para atender adequadamente às demandas, comprometendo a qualidade dos serviços públicos prestados e gerando prejuízos à eficiência administrativa. Assim, a aquisição visa suprir necessidades permanentes e pontuais, garantindo condições adequadas de trabalho aos servidores e melhor atendimento aos munícipes.

Diante disso, justifica-se a contratação para aquisição de utensílios domésticos, visando assegurar o bom funcionamento dos serviços públicos, a economicidade com compras planejadas e a padronização dos materiais utilizados pelas Secretarias Municipais.

A presente contratação tem por objetivo adquirir utensílios domésticos diversos, conforme especificações técnicas detalhadas neste Termo de Referência, destinados a atender às demandas das Secretarias Municipais, proporcionando melhores condições de trabalho aos servidores, otimização das rotinas administrativas e operacionais, além de garantir suporte adequado às ações institucionais, programas e serviços oferecidos à população.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

A solução proposta consiste na aquisição e fornecimento de utensílios domésticos diversos, novos, de primeira qualidade, devidamente acondicionados e compatíveis com o uso



institucional, conforme especificações técnicas constantes deste Termo de Referência. Os itens deverão atender aos padrões de durabilidade, segurança, funcionalidade e resistência adequados ao uso diário e contínuo nas unidades públicas municipais.

A entrega dos materiais deverá ser realizada de forma centralizada, no Almoxarifado Municipal ou em local indicado pela Administração, permitindo sua distribuição às Secretarias requisitantes conforme a necessidade. A contratação visa padronizar os materiais utilizados, garantir economia de escala, otimizar a gestão de estoque, proporcionar condições adequadas de trabalho aos servidores e assegurar o bom funcionamento das instalações públicas.

A aquisição planejada permitirá o atendimento de demandas permanentes e emergenciais, incluindo cozinhas institucionais, refeitórios, salas administrativas, centros de convivência, unidades de assistência social, saúde, educação, esporte, cultura e demais órgãos da Administração. Dessa forma, busca-se garantir que os serviços públicos sejam prestados com qualidade, conforto, eficiência, higiene e segurança, beneficiando servidores e munícipes.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Conforme DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA, além dos requisitos constantes neste termo de referência:

4.1.1 Em razão do valor, as empresas participantes deverão ser microempresas, MEI ou empresas de pequeno porte.

4.1.2 O prazo para entrega do material é de 5 (cinco) dias a contar do recebimento da nota de empenho;

4.1.3 A entrega dos itens no local indicado pela contratante é de responsabilidade da contratada, devendo a mesma possuir pessoal habilitado para descarregamento do material, quando necessário;

4.1.4 A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ã)o apresentar toda a documentação necessária à habilitação.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

5.1 Os bens a serem adquiridos enquadram-se na definição de MATERIAIS caracterizados como comuns, tendo em vista que possuem características tecnicamente padronizadas, de aferição simples, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por meio de especificações usuais do mercado.

6. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

6.1 O orçamento estimado da contratação será divulgado após o julgamento das propostas de preços, visando estimular a competitividade e viabilizar a



negociação de maneira mais natural, em consonância com o interesse público.

Nesse sentido já se manifestou o TCU:

“No caso, a Administração não divulgou a planilha e contratou com preços inferiores em 50% a esta”. (Fonte: TCU. Processo nº 500.117/96-9. Decisão nº 097/1997- Plenário)” (grifo nosso)

7. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 Por se tratar de licitação para REGISTRO DE PREÇOS, a adequação orçamentária será verificada no momento da contratação.

8. DA MARGEM DE PREFERÊNCIA REGIONAL

O Município de São João do Paraíso optou por adotar o caráter de margem de preferência regional na licitação para aquisição com o objetivo de fomentar a economia local e regional, promover a inclusão e competitividade das empresas da região e garantir um atendimento mais ágil e eficaz para a manutenção e suporte técnico dos equipamentos adquiridos.

Motivos para a Adoção do Caráter Regional:

- 8.1.1 Fomento à Economia Local e Regional:** Ao priorizar a participação de empresas regionais na licitação, o município incentiva o desenvolvimento econômico da região, fortalecendo o comércio local e criando oportunidades de emprego. Isso contribui para a circulação de recursos na economia local, promovendo o crescimento sustentável da comunidade.
- 8.1.2 Inclusão e Competitividade Regional:** A adoção do caráter regional permite que pequenas e médias empresas locais participem do processo licitatório, aumentando a competitividade e diversificando as opções de fornecedores. Isso proporciona uma oportunidade justa para que empresas da região ofereçam seus produtos e serviços ao poder público, valorizando o mercado regional.
- 8.1.3 Facilidade e Agilidade no Atendimento:** Contratar fornecedores locais e regionais facilita a comunicação e o relacionamento entre o município e os prestadores de serviços bem como fornecedores. Além disso, em casos de manutenção ou suporte técnico, a proximidade geográfica possibilita um atendimento mais rápido e eficiente, minimizando o tempo de inatividade dos equipamentos e garantindo a continuidade dos serviços públicos.
- 8.1.4 Redução de Custos Logísticos:** Com fornecedores localizados na região, há uma redução significativa nos custos logísticos relacionados ao transporte e entrega dos equipamentos. Isso não apenas economiza recursos financeiros, mas também reduz o impacto ambiental associado ao transporte de mercadorias.
- 8.1.5 Fortalecimento das Redes de Cooperação:** A participação de empresas regionais na licitação reforça as redes de cooperação entre o setor público e o setor privado local.



Isso pode resultar em parcerias futuras, beneficiando tanto a administração pública quanto o setor privado.

Assim, a escolha de dar margem de preferência a participação na licitação a empresas da região é uma estratégia que traz benefícios econômicos, sociais e logísticos, promovendo um ambiente de negócios saudável e sustentável para São João do Paraíso

9. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA DOS PRODUTOS

- 9.1 Deverão as empresas vencedoras, sob pena de desclassificação, apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação pelo pregoeiro, amostra dos produtos ofertados. Tal condição justifica-se tendo em vista a necessidade da Administração de verificar previamente a qualidade, a conformidade e a adequação dos itens com as especificações técnicas constantes do edital, garantindo que os materiais a serem adquiridos atendam plenamente ao uso a que se destinam e assegurando a correta aplicação dos recursos públicos.
- 9.2 Caso as amostras não correspondam às exigências estabelecidas, a licitante será desclassificada, podendo ser convocada a próxima colocada, observada a ordem de classificação.



ANEXO II AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2090/2025

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2025

MODELO DE CREDENCIAMENTO

Mediante o presente, credenciamos o(a) Sr.(a), portador (a) da Cédula de Identidade nº e CPF nº, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de, na modalidade Pregão Eletrônico, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa, CNPJ nº, bem como formular propostas, dar lances verbais e praticar todos os demais atos inerentes ao certame, inclusive assinar contratos.

....., de de

Assinatura do Dirigente da Empresa
(reconhecer firma como pessoa jurídica)

QUEM ASSINAR DEVE OBSERVAR O SEGUINTE:

1. Este credenciamento deverá vir acompanhado, obrigatoriamente, do estatuto ou contrato social da empresa, caso o reconhecimento de firma vier como pessoa física.
2. Se o reconhecimento da firma do dirigente da empresa for como pessoa jurídica, não há necessidade da apresentação do estatuto ou contrato social.
3. Se o credenciamento for efetuado mediante apresentação de procuração por instrumento público, não é necessária a apresentação do estatuto ou contrato social da empresa.
4. Se o credenciamento for efetuado mediante apresentação de procuração por instrumento particular, é necessária, obrigatoriamente, a apresentação do estatuto ou contrato social da empresa, se o reconhecimento de firma for pessoa física. Se o reconhecimento de firma for como pessoa jurídica, não é necessária a apresentação daqueles documentos da empresa.
5. Caso o contrato social ou estatuto determine que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento ou a procuração, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.



(38)93300-1891
383832-1135



prefeitura@sjparaiso.mg.gov.br
CNPJ/MF 24.791.154/0001-07



Praça Artur Trancoso, 08 - Centro
São João do Paraíso-MG-39540-000

ANEXO III - AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2090/2025

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2025

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto deste Pregão, acatando todas as estipulações consignadas no Edital, conforme abaixo:

Item	Quant	Unid.	Descrição	Marca	Vi. Unit.	Vi. Total
01	100	UND	APARELHO DE BARBEAR Aparelho de barbear descartável, com 02 lâminas inoxidáveis revestidas com cromo para evitar a oxidação e fita lubrificante.			
02	70	UND	BACIA CANELADA Nº 35.			
03	35	UND	BACIA CANELADA DE 30 LITROS.			
04	75	UND	BACIA DE PLÁSTICO - 15 LITROS.			
05	60	UND	BACIA DE PLÁSTICO RESISTENTE - 5 LITROS			
06	200	UND	BACIA MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE 12 LITROS.			
07	100	UND	BALDE DE PLÁSTICO - 60 LITROS - C/ TAMPA.			
08	200	UND	BALDE PLÁSTICO 12 LITRO Alta densidade (pead) com alça em aço zincado, e resistência a impactos, paredes, fundo e encaixe de alça reforçado, com dados de identificação do produto e marca do fabricante. composição: plástico de polipropileno			
09	30	UND	BORRACHA VEDAÇÃO SILICONE PARA PAINEL DE PRESSÃO - 10 LITROS. conforme norma abnt.			
10	10	UND	BORRACHA VEDAÇÃO SILICONE PARA PAINEL DE PRESSÃO – 4,5 LITROS. Conforme norma abnt.			
11	10	UND	BORRACHA VEDAÇÃO SILICONE PARA PAINEL DE PRESSÃO – 7 LITROS. Conforme norma abnt			
12	25	UND	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA - com tampa e com travas para melhor fechamento 50 litros.			
13	500	UND	CANECA PLÁSTICA COM ALÇA PARA MERENDA ESCOLAR 330 ML			
14	100	UND	CESTO ORGANIZADOR TELADO DE PLÁSTICO 60L COM TAMPA Cesto organizador telado de plástico 60l com tampa, alta resistência, material em polipropileno.			
15	400	PCT	COLHER DESCARTAVEL PACOTE COM 50 UNIDADES.			
16	50	UND	CAIXA ORGANIZADORA BAIXA EM PLÁSTICO 10 LITROS COM TAMPA E PRESILHA LATERAL.			
17	70	UND	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA - 12 LITROS			
18	25	UND	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA - incolor 2 litros com tampa e presilha lateral.			
19	35	UND	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA -com tampa e com travas para melhor fechamento 15 litros.			
20	25	UND	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA - com tampa e com travas para melhor fechamento 45 litros			
21	25	UND	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA - com tampa e com travas para melhor fechamento 50 litros.			
22	25	UND	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA - incolor 3 litros com tampa e presilha lateral			



(38)93300-1891
383832-1135



prefeitura@sjparaiso.mg.gov.br
CNPJ/MF 24.791.154/0001-07



Praça Artur Trancoso, 08 - Centro
São João do Paraíso-MG-39540-000



23	80	UND	CANECO DE ALUMÍNIO Nº 14 CAPACIDADE 2 LITROS.			
24	80	UND	CANECO DE ALUMÍNIO Nº 16 CAPACIDADE 2,5 LITROS.			
25	240	UND	CESTO DE LIXO TELADO DE PLASTICO 10 LITROS PARA BANHEIRO			
26	40	CONJ	CONJ. DE POTES P/ MANTIMENTOS 5 PEÇAS – plástico contendo pote 6 litros no mínimo, pote 3,3 litros no mínimo, pote 2 litros no mínimo, pote 1 litro no mínimo e pote 500 ml no mínimo. apto a microondas.			
27	130	JOGO	COPO GRANDE VIDRO 300ML EMBALAGEM COM 06 UNIDADES.			
28	5.000	PCT	COPO DESCARTAVEL 200ML C/ 100 UNIDADES.			
29	2.000	PCT	COPO DESCARTAVEL 50ML C/ 100 UNIDADES			
30	50	UND	DISPENSER SUPORTE PORTA COPOS DESCARTAVEIS 200 COPOS			
31	50	UND	ESPONJA PARA BANHO Esponja para banho, dupla face, prática para o dia a dia, anatômica. Dermatologicamente testada. Hipoalergênica.			
32	30	UND	EXTENSÃO ELÉTRICA 10 MT			
33	50	UND	FACA DE CORTE - GRANDE Nº8.			
34	150	UND	BORRACHA DUPLA PARA RODO DE ALUMÍNIO, 60 CENTÍMETROS.			
35	100	CAIXA	COLHER DE SOPA EM AÇO INOX 12 UNIDADES			
36	60	CAIXA	COLHER INOX PARA CHÁ 6 UNIDADES			
37	40	UND	CONCHA CABO DE MADEIRA			
38	60	CAIXA	COPO AMERICANO DE VIDRO 190ML			
39	150	UND	COADOR DE CAFÉ DE PANO. Em algodão com cabo plástico lavável, reutilizável. com no mínimo 10 cm de diâmetro.			
40	10	UND	ESCORREDOR DE MACARRÃO LINHA HOTEL 10LITROS			
41	10	UND	ESCORREDOR DE MACARRÃO LINHA HOTEL 27LITROS			
42	10	UND	ESCORREDOR DE MACARRÃO LINHA HOTEL 18,5 LITROS			
43	50	UND	FACA DE CORTE - MEDIA Nº 7			
44	60	UND	FACA DE CORTE - PEQUENA Nº 6.			
45	70	UND	FILTRO DE ÁGUA DE BARRO CAPACIDADE 10 LITROS COM 4 VELAS.			
46	60	UND	FILTRO DE ÁGUA DE BARRO CAPACIDADE 8 LITROS COM 2 VELAS			
47	100	UND	GARRAFA DE CAFÉ 1 LITRO Garrafa de café térmica, 1 litro, Tampa De Rosquear, cores variadas.			
48	155	DÚZIA	GARFO DE COZINHA MESA AÇO INOX.			
49	20	UND	GARRAFA PARA CAFÉ INOX – 1,8 LITROS.			
50	10	UND	Ebulidor Elétrico - Aquecedor de água. Grande 29cm 1000W 127V			
51	40	UND	CORTINA TAM 2,5 m por 2,5m O forro em voil permite a entrada de luz natural, ao mesmo tempo em que oferece privacidade, criando um ambiente acolhedor e convidativo			
52	90	UND	GARRAFA TÉRMICA 5 LT COM ROSCA. Revestida em plástico rígido, com tampa.			
53	150	UND	JARRA DE PLASTICO C/ TAMPA 4 LITROS			
54	35	UND	JARRA DE PLASTICO COM TAMPA 2 LT.			
55	100	JOGO	JOGO DE COPO DE VIDRO C/ 24 UNIDADES 190ml.			
56	70	UND	LIXEIRA PLÁSTICA BASCULANTE COM TAMPA 35 LITROS Lixeira plástica basculante com tampa, material plástico reforçado em polipropileno capacidade para 35 litros			
57	50	UND	LIXEIRA PLÁSTICA BASCULANTE COM TAMPA 15 LITROS			





			Lixeira plástica basculante com tampa, material plástico reforçado em polipropileno capacidade para 15 litros.			
58	10	UND	LIXEIRA PLÁSTICA COM TAMPA 100 LITROS Lixeira plástica com alças e tampa, material plástico reforçado em polipropileno capacidade para 100 litros.			
59	20	UND	LIXEIRA PLÁSTICA COM TAMPA 60 LITROS Lixeira plástica com alças e tampa, material plástico reforçado em polipropileno capacidade para 60 litros.			
60	60	UND	LIXEIRA PLÁSTICA DE PEDAL COM TAMPA 20L Lixeira plástica em polipropileno de pedal com tampa em plástico. Capacidade 20 litros.			
61	60	UND	PANELA DE PRESSÃO 4,5 LITROS			
62	50	UND	PANELA DE PRESSÃO 7 LITROS			
63	30	UND	PANELA DE PRESSÃO DE 10 LITROS			
64	50	UND	PANELA DE PRESSÃO DE 15 LITROS			
65	450	PCT	Prato descartável diâmetro 21cm – plástico contém 10 unidades. PRATO PLÁSTICO DURÁVEL FUNDO PARA MERENDA ESCOLAR, 400ML, 22CM DE DIAMETRO.			
66	130	CAIXA	PRATO DE VIDRO FUNDO COM 24 UND			
67	170	DÚZIA	PRENDEDOR DE ROUPA MADEIRA.			
68	20	UND	RODO PARA ENCERAR			
69	80	UND	RALO ALUMÍNIO 04 LADOS			
70	50	UND	REGISTRO PARA BOTIJÃO DE GÁS			
71	900	PCT	TOALHAS UMEDECIDAS 100UND Toalhinhas umedecidas dermatologicamente testado, sem álcool etílico, embalagem com 100 unidades.			
72	80	UND	TABUA P/ CARNE DE PLÁSTICO.			
73	150	UND	TAPETE 0,60 X 0,40 OU SIMILAR			
74	490	UND	TOALHA DE ROSTO FELPUDA 45x80.			
75	230	UND	TORNEIRA P/ FILTRO.			
76	40	UND	Vasilha plástica com tampa e capacidade de 10 litros			
77	20	UND	VÁLVULA DE ALUMÍNIO PARA PANELA DE PRESSÃO			
78	30	UND	MANGUEIRA PARA BUJAO DE GAS COM SELO INMETRO			
79	200	JOGO	JOGO DE XÍCARAS Jogo Com 6 Xícaras De Vidro Para Café, Chá, Capuccino 240 ml.			
80	70	UND	TOALHA DE MESA DA COR BRANCA, vermelha, azul, rosa, amarela TAM 2,5m POR 2,5m			
81	70	UND	FORMA DE BOLO QUADRADA 60X40			
82	70	UND	FORMA DE BOLO QUADRADA 45X30			
83	70	UND	FORMA DE BOLO QUADRADA 38X27			
84	70	UND	FORMA DE BOLO QUADRADA 30X22			
85	30	UND	LIXEIRA DE METAL COM TAMPA 20 LITROS			
86	70	UND	FORMA ASSADEIRA N24, BOLO PUDIM REDONDA TUBO – 2,800L			
87	70	UND	FORMA ASSADEIRA N30, BOLO PUDIM REDONDA TUBO – 2,800L			
88	10	UND	Caçarola Panela Grande Industrial Restaurante N°45 - 31 L Altura: 20cm Diâmetro: 45cm Espessura do alumínio: até 3mm Capacidade: 31L			
89	25	UND	CORTADOR FATIADOR DUPLA FACE, RALO LEGUME, BATATA CHIPS, PEPINO.			
90	25	UND	RALADOR 4 FACES INOX			
91	30	UND	POTE DE VIDRO LISO PARA MANTIMENTOS 3 LITROS, COM TAMPA BLANC			



92	10	UND	POTE DE VIDRO LISO PARA MANTIMENTOS 1,2 LITROS			
93	310	PCT	PALITO PRA CHURRASCO, PACOTE COM 50 UNIDADES			
94	10	UND	Panela de Pressão Polida Fechamento Externo 24 Litros Alumínio Nacional Panela de pressão de alumínio profissional com capacidade de 24 litros Ideal para uso em cozinhas profissionais e preparação de grandes quantidades de alimentos			
95	08	UND	ASSADEIRA QUADRADA 58x70x3,5 ALUMINIO.			
96	20	UND	Caldeirão Nº30 Linha Hotel De Alumínio 20litros Restaurante - Para complementar a sua cozinha, com utensílios de alta qualidade, invista em um Caldeirão de alumínio Polido. - Caldeirão fabricado com alto padrão de qualidade em alumínio reforçado; - Uma excelente opção para uso industrial, hotéis, restaurantes e sua cozinha - Um excelente produto para lhe auxiliar no preparo das mais diversas receitas; - Alças laterais reforçadas; ESPECIFICAÇÕES: - Diâmetro: 30 Centímetros - Altura: 31 Centímetros - Capacidade: 20 Litros - Acompanha Tampa: Sim - Tipo: Caldeirão Alumínio - Material: Alumínio polido - Acompanha Tampa: Sim - Material da Tampa: Alumínio - Alças em Alumínio Fundido Batido - Super Resistentes - Excelente Durabilidade - Não Enferruja ITENS INCLUSOS: 01 Caldeirão capacidade: 20 litros 01 Tampa De Alumínio			
97	200	UND	MAMADEIRA COM BICO DE SILICONE 250ML			
98	25	CONJ	Conjunto 3 peneiras em aço inox premium acabamento refinado, resistente, suporte para panelas e travessas – tamanhos P, (8cm) M (10cm) G (12cm) Funcional, Durável e de fácil manuseio – compatível com lava louças. Dimensões do produto 23C x 10L x 15º centímetros.			
99	15	UND	Mixer Power Black Inox 3 em 1 127V. Cor – preta, capacidade 7,5 E + 2 mililitros, dimensões do produto 5P x 6,5L x 42º centímetros, material aço inoxidável. 750W de potência: mais performance e potencias para todos os tipos de preparo. Velocidades ajustáveis + turbo: Botões de ajustes de velocidades mais ergonômicos para mais conforto durante o uso, e função turbo para preparos mais rápidos. 4 lâminas em inox: Entregam preparos mais rápidos, são mais resistentes e mais fácil de limpar. 3 acessórios: Acessório de fouet é ideal para misturar alimentos leves e claras em neve. O copo de 750 ml possui tampa e poder ser utilizado para armazenar seus preparos direto na geladeira.			
100	20	UND	Pipoqueira 20 cm 3,5 l Loreto vermelho Alumínio c/ revestimento antiaderente, capacidade: 3,5 lts / característica antiaderente material alumínio			
101	100	UND	Kit Pote descartável 250 ml c/ tampa redondo c/ 25 unidades			
102	960	UND	Prato p/ sobremesa 20 cm c/ aba gourmet porcelana			
103	30	UND	Prato p/ bolo c/ pé vidro 30x 10,5 cm redondo			
104	50	UND	Lixeira telada de plástico 10 litros			
105	40	UND	Lixeira c/ pedal + Haster + Aro 100 litros em polietileno de alta densidade (PEAD) ou polipropileno (PP). Largura 425 mm / Comprimento 595 mm peso 7,708 kg.			
106	30	UND	Bomboniere maracanã grande c/ tampa potiche vidro cristal.			
107	30	UND	Bomboniere baleiro porta doces. Bombs de coração 22 cm x 18 cm x 13 cm c/ tampa vidro.			





108	100	UND	Jarra p/ suco de vidro c/ tampa 500 ml quadrada.			
109	35	UND	Jarra p/ suco de vidro c/ tampa 1,2 litros quadrada			
110	300	UND	Toalha De Mesa 1,50m x 1,50 Tecido Oxford de cor verde, rosa, branca, amarela, preta, azul, roxa.			
111	30	UND	Vasilha de vidro c/ tampa temperada 1 litro			
112	100	UND	TAPETE 1,00 X 1,40 Impermeável- Limpa Fácil, não retém poeira, Alta Qualidade de Impressão, Material leve e de fácil transporte. Não propaga chama. Desenho: Amarelinha Isolante térmico, Superfície macia. Medidas: Largura: 1 metro, Comprimento: 1,40 metros, Espessura:5mm			
113	30	UND	Vasilha de vidro c/ tampa temperada 2 litros			
114	60	UND	Boleira de vidro c/ tampa e pé yasmim.			
115	30	UND	Botijão térmico 8 litros inox café suco e chá garrafão buffet com tripé.			
116	10	UND	Botijão palace térmico 5 litros inox café exterior aço e interior de alumínio			
117	50	UND	Concha Hotel nº 12 alumínio.			
118	50	UND	Concha Alumínio nº 8.			
119	30	UND	Suqueira de vidro 3 litros.			
120	30	UND	Suqueira de vidro 5 litros			
121	100	UND	CORTINA 2,60 X 1,70 LISA SLIM BLACKOUT 100% Cortina 2,60m x 1,70m para sala ou quarto - tem 2 partes iguais -produto para varão simples de até 28mm - cor do ilhós: cromado ilhós: desliza facilmente sobre o varão possui ilhós, composição do produto: 100% poli cloreto de vinila (Pvc) o produto é confeccionado em Pvc, sendo um tipo de plástico especialmente feito para confecção de cortinas, possuindo uma textura na parte frente que imita tecido. A parte de trás do Pvc é da cor cinza, sendo a parte cinza responsável por vedar 100 % a luz, com isso ajuda na preservação de pisos e móveis do envelhecimento que o sol causa, além de também ser muito eficiente no controle da temperatura. Sobre o produto: sombreamento total de 100%			
122	80	CAIXA	Copo long drink Bar 390 ml transparente c/ 24 unidades			
123	40	UND	Assadeira pão 38 x 63 x 3, 7,3 litros Alumínio linha hotel.			
124	25	UND	Pote de vidro 800 ml.			
125	40	UND	Descascador e batedor, cortador dupla face.			
126	60	UND	Escumadeira silicone c/ cabo inox – 35 cm composição silicone e inox suporta temperatura a até 220 °C, Prática e leve, Pesa Apenas 105 g facilitando o manuseio, elimina a gordura com rapidez.			
127	50	UND	Balde plástico 21 litros reforçado c/ alça.			
128	40	UND	Saladeira redonda c/ tampa , transparente, plástico 5,5 litros			
129	50	UND	FORMA DE BOLO RETANGULAR ALUMÍNIO 41,5 X 30,5 X 4,3 CM			
130	60	UND	Assadeira retangular linha seleta 3,5 litros, vidro resistente a choques térmicos – vai ao forno, micro-ondas, geladeira e lava-louças com total segurança. Assadeira com tampa plástica – Ideal para conservar alimentos, transportar e armazenar com praticidade. Capacidade de 3,5 litros – perfeita para preparar receitas completas, sobremesas e refeições para toda a família.			
131	50	CONJ	Conjunto c/ 3 potes de vidro redondos c/ tampa plástica; VDR 7093 – VM, Euro Home. Medidas: Pote 500 ml 14,5cm x 14,5 cm x 6,5 cm. Pote 350 ml: 13cm x 13 cm x 6 cm. Pote 200 ml: 110 cm x 11 cm x 5 cm.			
132	50	UND	Suporte para botijão de gás de alumínio c/ rodinhas.			





133	50	UND	Suporte p/ botijão de gás de plástico com rodinhas.			
134	50	UND	Escorredor de pratos tubular c/ porta copos inox.			
135	60	UND	Bandeja inox 38 cm.			
136	50	UND	Bandeja melamina standard 41 cm.			
137	50	KIT	Kit 2 peças de caixa organizadora 3 litros.			
138	40	UND	Saladeira c/ tampa de plástico 10 litros.			
139	50	UND	Balde de plástico c/ tampa 100 litros.			
140	70	UND	Canecão Hotel nº 19 capacidade 4,900 litros de alumínio.			
141	60	UND	Canecão extraforte 22 cm vol. 6,4 litros alumínio			
142	30	UND	Tacho de alumínio batido nº 50 c/ tampa.20 30			
143	30	UND	Tacho de alumínio batido nº 55 c/ tampa.			
144	30	UND	Tacho de alumínio batido nº 60 c/ tampa.			
145	30	UND	Caçarola reta asa nº 21. Alumínio capacidade: 3,5 litros.			
146	30	UND	Caçarola reta asa nº 23 alumínio capacidade 4,9 litros.			
147	30	UND	Caçarola reta cabo nº 17 alumínio capacidade 1,8 litros.			
148	30	UND	Caçarola reta c/ cabo nº 19 alumínio capacidade 2,7 litros.			
149	30	UND	Botijão térmico capacidade 12 litros c/ torneira c/ tripé embutido.			
150	30	UND	Caçarola alumínio batido polida nº 26.			
151	30	UND	Caçarola alumínio batido polida nº 28.			
152	30	UND	Caçarola alumínio batido polida nº 30.			
153	30	UND	Tampa de alumínio / avulsa nº 30.			
154	30	UND	Tampa de alumínio / avulsa nº 35.			
155	30	UND	Caçarola alumínio batido polida nº 32.			
156	30	UND	Caçarola alumínio batido polida nº 34.			
157	30	UND	Caçarola alumínio batido polida nº 36.			
158	30	UND	Caçarola alumínio batido polida nº 38			
159	30	UND	Caçarola alumínio batido polida nº 40.			
160	120	UND	Xícara de vidro 240 ml.			
161	100	JOGO	Jogo de taça diamante c/ 6 peças 340 ml transparente.			
162	100	JOGO	Jogo de taças diamante c/ 6 peças 260 ml transparente.			
163	30	UND	Tampa de alumínio / avulsa nº 40.			
164	30	UND	Tampa de alumínio / avulsa nº 45.			
165	100	DÚZIA	Colher p/ sobremesa c/ 12 unidades inox.			
166	30	UND	Tampa de alumínio / avulsa nº 50.			
167	30	UND	Tampa de alumínio / avulsa nº 55			
168	60	UND	Vasilha de vidro c/ tampa temperado 3,0 litros redonda.			
169	60	UND	Pegador de salada aço inox 29 cm.			
170	60	UND	Pegador universal aço inox 29 cm.			
171	60	UND	Amassador de batatas aço inox 26cm.			
172	60	UND	Batedor de ovos silicone c/ inox.			
173	60	UND	Pincel de silicone 25,5 x 4,5 cm. Não risca a panela suporta até 230 ºC			
174	60	UND	Colher p/ suco aço inox 30 cm.			
175	50	UND	Colher de sorvete aço inox 18 cm.			
176	400	PCT	Prato plástico descartável diâmetro 15 cm. Contém 10 unidades.			





177	120	KIT	Kit pote c/ tampa redondo 500ml vai no freezer e micro-ondas contém 24 unidades livre de bisfenol/ BPA FREE. Temperatura máximo de uso 100 °C.			
178	400	PCT	Colher sobremesa poliestireno contém 50 unidades.			
179	40	UND	Processador elétrico inox c/ 4 lâminas capacidade é de 500 ml a 1 litro trava de segurança e a base antiderrapante para evitar possíveis acidentes. Lâminas em aço inoxidável de grande resistência e durabilidade 127 v.			
180	60	UND	Concha em aço inox 36,4cm			
181	60	UND	Taça p/ água 250 ml (NADIR) transparente.			
182	150	JOGO	Pratos raso menu Opaline Branco 26,5 cm kit 6 unidades vidro temperado referência 5543/8781 EAN			
183	50	UND	Escova p/ lavar e higienizar alimentos, frutas e legumes. Dimensões: 7,8 x 5,0 x 3,5mm. Cores verde, vermelho e amarelo.			
184	60	UND	Caixa plástica preta c/ tampa 140 lts comprimento x Largura x Altura 55,5 x 76,5 x 41 peso = 3kg			
185	60	UND	Caixa plástica organizadora c/ tampa 180 lts resistente cor preta peso 7 kg. Altura 48,5 cm. Largura 56 cm. Comprimento 89 cm.			
186	30	UND	Amolador afiador em aço inox			
187	10	UND	Triturador /processador de alimentos 3 lâminas			
188	20	UND	Frigideira inox com revestimento antiaderente 24cm			
189	50	UND	Garrafa squeeze plastica 600ml cores sortidas			
190	30	JOGO	Jogo de panelas em alumínio polido 5 peças			
191	10	JOGO	Jogo de panelas com revestimento antiaderente 5 peças			
192	15	UND	Pegador de massa em aço inox 29cm			
193	60	UND	Vasilha plástico multiuso organizadora 4l			
194	60	UND	Vasilha plástico multiuso organizadora 2l			
195	50	UND	Vasilha plástico multiuso organizadora 1l			
196	20	KIT	Kit de latas de mantimentos de alumínio com 5 peças			
197	50	UND	TOALHA DE MESA FÁCIL DE LIMPAR RETANGULAR 8 LUGARES 160X270CM 100% POLIÉSTER.			
198	100	UND	VARÃO 2 METROS 28MM CORES VARIADAS. Tamanho: 2,00m, diâmetro: 28mm, ilhós de até: 28mm ou 32mm. Para cortinas de: ilhós, alças, argolas ou passa varão. Peças injetadas em plástico reciclável de alta durabilidade.			
199	100	UND	CORTINA 2,60 X 1,70 LISA SLIM BLACKOUT 100%. Cortina 2,60 x 1,70m para sala ou quarto – tem 2 partes iguais – produto para varão simples de até 28mm – cor dos ilhós: cromado ilhós: desliza facilmente sobre o varão possui ilhós, composição do produto: 100% poli cloreto de vinila (Pvc) o produto é confeccionado em Pvc, sendo um tipo de plástico especialmente feito para confecção de cortinas, possuindo uma textura na parte frente que imita tecido. A parte de trás do Pvc é da cor cinza, sendo a parte cinza responsável por vedar 100% a luz, com isso ajuda na preservação de pisos e móveis do envelhecimento que o sol causa, além de também ser muito eficiente no controle da temperatura. Sobre o produto: sombreamento total de 100%.			
200	20	UND	FARINHEIRA PLÁSTICA GRANDE 900ML.			
201	70	UND	Colher de arroz em aço inox 32,5cm.			
202	160	JOGO	Faqueliro Aço Inox com Detalhe 24 Peças! Produzido totalmente em aço inox, as peças que compõem o jogo possuem um lindo acabamento, As peças são fáceis de limpar e podem ser lavadas			



			na máquina de lavar louças. embalagem: 6 Garfo de Mesa 6 Faca para Churrasco 4" 6 Colher de Mesa 6 Colher para Chá			
203	50	UND	Vaso tubo cilindro decorativo de vidro 14 x 30 transparente.			
204	50	UND	Vaso tubo cilindro decorativo de vidro 14 x 40 transparente.			
205	40	UND	Vaso de vidro transparente grande p/ arranjo de flores hidropônico – Decoração moderna cor rosa, repolho, azul, nude, verde, preto, dourado, prata 24 cm / 9.45 in Altura. Largura 12,5cm / 4.92 in e 8cm / 3,15 in.			
206	30	UND	Vaso Aquário vidro redondo 2 litros para decoração terrário. Altura 13cm x 15 cm			
207	30	UND	Vaso taça castiçal Napoli grande 15 x 40,5 cm para decoração			
208	30	UND	Vaso grande p/ plantas 58 x 36 cm moderno em polietileno decorativo cone grafiato escovado luxo marrom.			
209	30	UND	Vaso de cerâmica elegante francês – design moderno listrado. 23,5 cm / 9,25 INCh altura. 11,5 cm / 4,53 ich largura.			
210	50	UND	JOGO DE BANHEIRO 3 PEÇAS Detalhes do Produto: Material: 100% Poliéster Modelo: Jogo de Banheiro 3 Peças, Acompanha: 1 tapete central, 1 tapete de vaso e 1 tampa de vaso, Medidas: Capa da Tampa de Vaso: 40cm x 42cm Tapete Frente de Vaso: 45cm x 35cm Tapete Porta de Box: 45cm x 70cm			
TOTAL						

Valor total da proposta (expresso em algarismos e por extenso):

(no preço proposto, que constituirá a única e completa remuneração, deverão ser computados o lucro e todos os custos, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, bem como quaisquer outras obrigações inerentes ao fornecimento do objeto, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a qualquer título.)

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias contados da data limite prevista para entrega das propostas.

PRAZO DE ENTREGA: 5 (cinco) dias a contar do recebimento da requisição.

PRAZO DE GARANTIA DO OBJETO:
(Mínimo de 06 (seis) meses).

_____, ____ de _____ de ____.

Assinatura do Representante Legal da Licitante

Nome: _____

Nº Cédula de Identidade: _____



(38)93300-1891
383832-1135



prefeitura@sjparaiso.mg.gov.br
CNPJ/MF 24.791.154/0001-07



Praça Artur Trancoso, 08 - Centro
São João do Paraíso-MG-39540-000

ANEXO IV – AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2090/2025

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2025

EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21 acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(representante legal)



(38)93300-1891
383832-1135



prefeitura@sjparaiso.mg.gov.br
CNPJ/MF 24.791.154/0001-07



Praça Artur Trancoso, 08 - Centro
São João do Paraíso-MG-39540-000

ANEXO V – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2025

PROCESSO Nº 2090/2025

VALIDADE: 12 meses, permitida a prorrogação por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso; (art. 84 da Lei 14.133/21)

Aos ____ () dias do mês de ____ de ____, na sala de licitações, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Praça Arthur Trancoso, 08 – Centro, nesta cidade, a Exma. Sr.^a Prefeita Municipal, SELMA MARIA MORAIS DOS SANTOS, nos termos do art. 82 da Lei Federal 14.133/21, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____, TIPO MENOR PREÇO, por deliberação do pregoeiro oficial e equipe de apoio, e por ele homologada conforme Processo Administrativo Licitatório nº 2090/2025 RESOLVE registrar os preços para os fornecimentos constantes nos anexos desta ata, beneficiário _____, localizado na rua _____, nº ____ no bairro _____, na cidade de _____, estado de _____, cujo CNPJ é _____, neste ato representado por _____, conforme quadro abaixo:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QUANTIDADE/ VALOR						
				Órgão gerenciador			Limite por adesão para órgão não participante		Limite de adesões permitidas	
				QUANT	VL. UNIT.	VL. TOTAL	QUANT	VL. TOTAL	QUANT	VL. TOTAL

01 - DO OBJETO:

- I - O objeto desta Ata é o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de utensílios domésticos para atender as necessidades das diversas secretarias municipais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos, conforme descrito abaixo:

Item	Quant	Unid.	Descrição	Marca	VL. Unit.	VL. Total
TOTAL						

02 - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- I - A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura, permitida a prorrogação por igual período desde que comprovado o preço



(38)93300-1891

383832-1135



prefeitura@sjparaiso.mg.gov.br

CNPJ/MF 24.791.154/0001-07



Praça Artur Trancoso, 08 - Centro

São João do Paraíso-MG-39540-000

vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei 14.133/21.

- II - Nos termos do art. 83 da Lei Federal 14.133/21, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o município não será obrigado a adquirir os produtos referidos nesta ata.
- III - Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal 14.133/21, a presente Ata de Registro de Preços será, cancelada, garantidos, às suas detentoras, o contraditório e a ampla defesa.

03 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- I - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, para aquisições do respectivo objeto, por todos os Órgãos da Administração direta e indireta do Município.

04 - DO PREÇO

- I - Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes dos seus anexos, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 043/2025.
- II - Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas as disposições da legislação pertinente, assim como as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 043/2025, que integra o presente instrumento de compromisso.
- III - Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas, no Pregão Eletrônico nº 043/2025, pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

05 - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- I - Em cada fornecimento, o prazo de entrega do produto será o constante dos anexos desta, e será contado a partir da Ordem de Fornecimento.
- II - O prazo para retirada da Ordem de Fornecimento será, de 2 (dois) dias da data da convocação por parte do Município.
- III - O local da entrega, em cada fornecimento, será o constante da Ordem de Fornecimento.

06 - DO PAGAMENTO

- I - Em todos os fornecimentos, o pagamento será feito por crédito em conta corrente na instituição bancária, ou excepcionalmente, pela Secretaria da Fazenda, em até 30



(trinta) dias, após recebimento definitivo pela unidade requisitante do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal.

- II - A Nota Fiscal /Fatura Discriminativa deverá ser apresentada conforme descrito no Anexo I - Termo de referência;
- III - A Prefeitura Municipal efetuará o pagamento no prazo e condições descritas no Anexo I - Termo de Referência, conforme Nota Fiscal.
- IV - A liquidação da despesa deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
 - IV.I - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, suspenderá os prazos de liquidação.
- V - O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, cabendo à beneficiária/detentora da ata de registro de preços manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- VI - Não será efetuado qualquer pagamento à detentora da ata enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade;
- VII - O preço referido registrado inclui todos os custos e benefícios decorrentes do fornecimento dos produtos, de modo a constituírem a única e total contraprestação;
- VIII - O Município poderá sustar o pagamento a que a detentora da Ata tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes do fornecimento dos produtos.
- IX - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

onde:

EM = Encargos moratórios;

VP = Valor da parcela em atraso;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento (vencimento) e a do efetivo



pagamento;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{TX}{100}$$

30

TX = Percentual da taxa de juros de mora mensal definida no edital/contrato.

07 - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- I - As detentoras da presente Ata de Registro de Preços serão obrigadas a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior a do seu vencimento.
- II - Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas, no edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto apresentado será devolvida à detentora para substituição, no prazo de 03 (três) dias, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
- III - Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante ordem da unidade requisitante, a qual poderá ser feita por memorando, ofício, telex ou fac-símile, devendo dela constar: a data, o valor unitário do produto, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o carimbo e a assinatura do responsável.
- IV - Os produtos deverão ser entregues acompanhados da nota-fiscal ou nota-fiscal fatura, conforme o caso.
- V - A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Fornecimento enviada pela unidade requisitante, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.
- VI - A cópia da ordem de fornecimento referida no item anterior deverá ser devolvida para a unidade requisitante, a fim de ser anexada ao processo de administração da ata.
- VII - As empresas detentoras da presente ata ficam obrigadas a aceitar o acréscimo e supressão de até vinte e cinco por cento nas quantidades estimadas.
- VIII - Apresentar a atualização, a cada 180 dias, da Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT) referida na Lei nº 12.440 de 07.07.2011.
- IX - Manter durante o período de execução do objeto, as condições de regularidade junto ao FGTS, INSS, e às Fazendas Federal, Estadual, e Municipal, bem como as condições de qualificação exigidas na licitação.

08 - DAS PENALIDADES



(38)93300-1891
383832-1135



prefeitura@sjparaiso.mg.gov.br
CNPJ/MF 24.791.154/0001-07



Praça Artur Trancoso, 08 - Centro
São João do Paraíso-MG-39540-000

8.1 Incorre em infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 155 da Lei nº 14.133, quais sejam:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- XIII - tumultuar a sessão pública da licitação;
- XIV - propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
- XV - deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- XVI - deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;
- XVII - permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- XVIII - deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
- XIX - deixar de devolver eventuais valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;
- XX - manter empregado, responsável técnico ou qualquer pessoa sob sua responsabilidade com qualificação em desacordo com as exigências do edital ou do contrato, durante a execução do objeto.
- XXI - utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
- XXII - tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- XXIII - deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de



- contratação de serviços de mão de obra;
- XXIV - deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
- XXV - deixar de repor funcionários faltosos;
- XXVI - deixar de apresentar, quando solicitado pela administração, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:
- a) registro de ponto;
 - b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
 - c) comprovante de depósito do FGTS;
 - d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
 - e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
 - f) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.
- XXVII - deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- XXVIII - entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidades contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
- XXIX - ofender agentes públicos no exercício de suas funções;
- XXX - induzir a administração em erro;
- XXXI - deixar de manter empregados, que fiquem nas dependências e à disposição da administração nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;
- XXXII - compartilhar recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos por parte do contratado, nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;
- XXXIII - impossibilitar a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos, em relação aos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;
- XXXIV - apresentar proposta inexecutável com finalidade de tumultuar o procedimento;
- XXXV - deixar de demonstrar exequibilidade da proposta quando exigida pela administração;
- XXXVI - subcontratar serviço em contrato em que não há essa possibilidade;
- XXXVII - deixar de apresentar no prazo do art. 96, §3º da Lei 14133/21, garantia pelo contratado quando optar pela modalidade seguro garantia;
- XXXVIII - deixar de comprovar, quando solicitado, na execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas;
- XXXIX - deixar de manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do



serviço para representar o contratado na execução do contrato;
XL - deixar de aceitar as supressões e acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) em relação aos contratos.

8.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) de advertência que consiste em comunicação formal ao infrator do descumprimento de uma obrigação do edital, da Ata de Registros de Preços ou da inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- b) de multa, o infrator que, injustificadamente, descumprir a legislação, cláusulas do edital ou cláusulas contratuais, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor de referência do certame ou do contrato nos termos estabelecidos nos respectivos instrumentos, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:
 - I - multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 10% (dez por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;
 - II - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação do certame ou do valor da contratação direta em caso de recusa do infrator em assinar o contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;
 - III - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 10.1, subitens I, IV, V, XIII, XIV e XV, deste edital;
 - IV - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 10.1, subitens XVI, XVII, XVIII, XX, XXI, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXXI, XXXIII, XXXVIII e XXXIX deste edital;
 - VI - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 10., subitens II, III, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XXIX, XXX, XXXIV e XXXV deste Edital;
 - VI - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 10.1, subitens XIX, XXII, XVIII, XXXII, XXXVI, XXXVII e XL, deste edital;
 - VII - multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à administração, superiores aos contratados.



c) de impedimento de licitar e contratar que impedirá o infrator de participar de licitação e contratar com a administração:

- I - por até 01 (um) ano, caso o infrator:
 - a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do certame sem motivo justificado;
- II - por até 02 (dois) anos, caso o infrator:
 - a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o mesmo ou durante a execução do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - por até 03 (três) anos, caso o infrator:
 - a) não celebrar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - b) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - c) der causa à inexecução total do contrato.
 - d) de Declaração de Inidoneidade de contratar com a Administração Pública, será aplicada por prazo não superior a 6 (seis) anos, nas seguintes hipóteses:
 - I - por período de 3 (três) a 4 (quatro) anos, no caso de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
 - II - por período de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, nos casos de:
 - a) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - b) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
 - III - por período de 5 (cinco) a 6 (seis) anos, nos casos de:
 - a) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/13;
 - b) dar causa à inexecução total do contrato, por ato doloso que cause lesão ao erário.

09 - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

9.1 Por força das Leis Federais nº 9.069/95 e 10.192/2001, o valor da ata será reajustado



(38)93300-1891
383832-1135



prefeitura@sjparaiso.mg.gov.br
CNPJ/MF 24.791.154/0001-07



Praça Artur Trancoso, 08 - Centro
São João do Paraíso-MG-39540-000



mediante iniciativa da interessada, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste, tendo como base a variação de índice oficial.

9.2 Decorrido o prazo acima estipulado, os preços unitários serão corrigidos monetariamente pelo INPC (IBGE) ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental.

9.3 A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação acumulada do INPC (IBGE) ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

10 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pela unidade requisitante consoante o disposto no art. 140 II, a e b da Lei Federal 14.133/21 e demais normas pertinentes.

10.2 A cada fornecimento serão emitidos recibos, nos termos do art. 140 II, a e b da Lei Federal 14.133/21

11 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

Pela Administração, quando:

A – a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

B – a detentora não retirar qualquer Ordem de Fornecimento, no prazo estabelecido, e a Administração não aceitar sua justificativa;

C – a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração;

D – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração;

E – os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

F – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços;

*no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no órgão encarregado das publicações



oficiais do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 117, § 2º I a IV da Lei 14.133/21.

*A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

II - Ocorrendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços pelos motivos constantes nas letras “A” a “D” do item I, **é facultado à administração**:

a) POSSIBILIDADE DE CONVOCAÇÃO DO SEGUNDO COLOCADO E SEGUINTE EM CASO DE CANCELAMENTO DA ATA E POR QUAL PREÇO;

12 - DA AUTORIZAÇÃO PARA FORNECIMENTO

12.1 As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria requisitante.

13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Integram esta Ata, o edital do Pregão Eletrônico nº 043/2025 e as propostas das empresas classificadas no certame supra-numerado.

13.2 Fica eleito o foro da Comarca de São João do Paraíso/MG para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

13.3 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 14.133/21 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

_____/MG, __ de _____ de _____

SELMA MARIA MORAIS DOS SANTOS
Prefeita Municipal de São João do Paraíso/MG



(38)93300-1891
383832-1135



prefeitura@sjparaiso.mg.gov.br
CNPJ/MF 24.791.154/0001-07



Praça Artur Trancoso, 08 - Centro
São João do Paraíso-MG-39540-000

ANEXO VI AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2090/2025
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2025
MINUTA DO CONTRATO

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 24.791.154/0001-07, com sede na Praça Arthur Trancoso, 08 – Centro – nesta cidade, a seguir denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sr.^a SELMA MARIA MORAIS DOS SANTOS; e a _____, CNPJ Nº....., com sede na a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, resolvem firmar o presente contrato para fornecimento de _____, como especificado no seu objeto, em conformidade com o Processo Licitatório nº 2090/2025, na modalidade Pregão Eletrônico nº 043/2025, sob a regência da Lei Federal de nº 14.133/21, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1 Contratação de empresa para a futura e eventual aquisição de utensílios domésticos para atender as necessidades das diversas secretarias municipais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos, conforme descrito abaixo:

Item	Quant	Unid.	Descrição	Marca	VI. Unit.	VI. Total
TOTAL						

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

- 2.1 O contratante pagará ao contratado, valor de R\$ _____
- 2.2 O valor a ser pago, será apurado através das requisições emitidas e devidamente atendidas pelo Contratado.
- 2.3 O pagamento será realizado mensalmente, até o 30 (trigésimo) dia útil do mês seguinte àquele em que foi efetuado o fornecimento, mediante apresentação das respectivas Notas Fiscais/Faturas.
- 2.4 A liquidação da despesa deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 2.4.1 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança



equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, suspenderá os prazos de liquidação.

- 2.5 O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, cabendo ao contratado manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 2.6 Não será efetuado qualquer pagamento ao **CONTRATADO** enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 2.7 O preço referido no item 2.1, incluem todos os custos e benefícios decorrentes do fornecimento do produto, de modo a constituírem a única e total contraprestação pela execução do contrato.
- 2.8 Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será de 5 (cinco) dias úteis contado a partir da regularização dos mesmos e sua reapresentação.
- 2.9 O Município poderá sustar o pagamento a que a contratada tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da contratação e/ou não recolhimento de multa aplicada.
- 2.10 Os pagamentos efetuados à **CONTRATADA** não a isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à execução do contrato, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade.
- 2.11 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

onde:

EM = Encargos moratórios;

VP = Valor da parcela em atraso;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento (vencimento) e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX / 100)}{30}$$

TX = Percentual da taxa de juros de mora mensal definida no edital/contrato.



CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO

- 3.1 Por força das Leis Federais nº 9.069/95 e 10.192/2001, o valor da ata será reajustado mediante iniciativa da interessada, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste, tendo como base a variação de índice oficial.
- 3.2 Decorrido o prazo acima estipulado, os preços unitários serão corrigidos monetariamente pelo **INPC (IBGE)** ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental.
- 3.3 A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação acumulada do INPC (IBGE) ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 4.1 Os produtos serão entregues no Almoxarifado da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso, situado na Praça Arthur Trancos, 08 – Centro – nesta cidade, mediante apresentação de requisição emitida pelo setor de compras.
- 4.2 Por motivo de força maior, a entrega poderá ser realizada, mediante autorização e aviso prévio, em outro local.
- 4.3 O recebimento dos produtos, será efetuado pelo Servidor responsável pelo Almoxarifado após a verificação da quantidade e qualidade dos mesmos e consequente aceitação, obrigando o licitante vencedor a reparar, corrigir, substituir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da contratação em que se verifiquem defeitos ou incorreções.
- 4.4 O setor competente para fiscalizar o objeto contratado será Secretaria Municipal de Administração e Fazenda observados os artigos 117 e seguintes da Lei 14.133/21.
- 4.5 Na ocorrência de atrasos na entrega, o **CONTRATANTE** poderá aplicar as penalidades previstas neste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 5.1 São obrigações das partes:

I – DO CONTRATANTE:

- a) Notificar a **CONTRATADA** através da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas no fornecimento dos produtos.



- b) Expedir, através da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, atestado de inspeção do fornecimento, que servirá de instrumento de avaliação do cumprimento das obrigações contratuais e do pagamento devido.
- c) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma convencionada, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades necessárias;
- d) Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento dos termos deste contrato;

II – DA CONTRATADA:

- a) Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento do produto, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.
- b) Promover o fornecimento, responsabilizando-se pela qualidade dos produtos.
- c) Substituir, de imediato, às suas expensas, o objeto do contrato que não se adequar às especificações constantes deste contrato.
- d) Responder pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do produto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo **CONTRATANTE**.
- e) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-la na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**.
- f) Manter durante o período de execução do objeto, as condições de regularidade junto ao FGTS, INSS, e às Fazendas Federal, Estadual, e Municipal, bem como as condições de qualificação exigidas na licitação.
- g) Apresentar a atualização, a cada 180 dias, da Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT) referida na Lei nº 12.440 de 07.07.2011.
- h) É vedada subcontratação de pessoas física ou jurídica, se aquela ou os



dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

- i) A contratada está obrigada a viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;
- j) A contratada é obrigada a viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados;
- k) A contratada está obrigada a oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos sempre que solicitado pela fiscalização;
- l) A contratada deve, sempre que solicitado, apresentar extrato de FGTS dos empregados;

CLÁUSULA SEXTA – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 6.1 As despesas decorrentes desta contratação correrão pelas adequações orçamentárias nº:

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

- 7.1 O prazo de vigência deste contrato será de até 03 (três) meses, contado da data de sua assinatura.
- 7.2 A prorrogação do prazo contratual poderá ocorrer, a critério do Contratante, nos termos da Lei Federal nº14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

- 8.1 A CONTRATANTE poderá rescindir o Contrato, independente de interpelação judicial ou extrajudicial e de qualquer indenização, nos seguintes casos:
- a) O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos, por parte da CONTRATADA;
 - b) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;



- c) O conhecimento de infrações à Legislação Trabalhista por parte da CONTRATADA;
- d) Razões de interesse público ou na ocorrência das hipóteses do art. 78 do Estatuto das Licitações;
- e) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Incorre em infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 quais sejam:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- XIII - tumultuar a sessão pública da licitação;
- XIV - propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
- XV - deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- XVI - deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;
- XVII - permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- XVIII - deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;



- XIX - deixar de devolver eventuais valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;
- XX – manter empregado, responsável técnico ou qualquer pessoa sob sua responsabilidade com qualificação em desacordo com as exigências do edital ou do contrato, durante a execução do objeto.
- XXI - utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
- XXII - tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- XXIII - deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- XXIV - deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
- XXV - deixar de repor funcionários faltosos;
- XXVI - deixar de apresentar, quando solicitado pela administração, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:
 - a) registro de ponto;
 - b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
 - c) comprovante de depósito do FGTS;
 - d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
 - e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
 - f) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.
- XXVII - deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- XXVIII- entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidades contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
- XXIX - ofender agentes públicos no exercício de suas funções;
- XXX - induzir a administração em erro;
- XXXI - deixar de manter empregados, que fiquem nas dependências e à disposição da administração nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;
- XXXII - compartilhar recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos por parte do contratado, nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;
- XXXIII- impossibilitar a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos, em relação aos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;



- XXXIV - apresentar proposta inexequível com finalidade de tumultuar o procedimento;
- XXXV - deixar de demonstrar exequibilidade da proposta quando exigida pela administração;
- XXXVI - subcontratar serviço em contrato em que não há essa possibilidade;
- XXXVII- deixar de apresentar no prazo do art. 96, §3º da Lei 14133/21, garantia pelo contratado quando optar pela modalidade seguro garantia;
- XXXVIII deixar de comprovar, quando solicitado, na execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas;
- XXXIX - deixar de manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representar o contratado na execução do contrato;
- XL - deixar de aceitar as supressões e acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) em relação aos contratos.

9.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) de advertência que consiste em comunicação formal ao infrator do descumprimento de uma obrigação do edital, da Ata de Registros de Preços ou da inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- b) de multa, o infrator que, injustificadamente, descumprir a legislação, cláusulas do edital ou cláusulas contratuais, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor de referência do certame ou do contrato nos termos estabelecidos nos respectivos instrumentos, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:
 - I - multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 10% (dez por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;
 - II - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação do certame ou do valor da contratação direta em caso de recusa do infrator em assinar o contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;
 - III - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 10.1, subitens I, IV, V, XIII, XIV e XV, deste edital;
 - IV - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 10.1, subitens XVI, XVII, XVIII, XX, XXI,





- XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXXI, XXXIII, XXXVIII e XXXIX deste edital;
 - VI - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 10., subitens II, III, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XXIX, XXX, XXXIV e XXXV deste Edital;
 - VI - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 10.1, subitens XIX, XXII, XVIII, XXXII, XXXVI, XXXVII e XL, deste edital;
 - VII - multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à administração, superiores aos contratados.
- c) de impedimento de licitar e contratar que impedirá o infrator de participar de licitação e contratar com a administração:
- I - por até 01 (um) ano, caso o infrator:
 - d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do certame sem motivo justificado;
 - II - por até 02 (dois) anos, caso o infrator:
 - c) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o mesmo ou durante a execução do contrato;
 - d) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - III - por até 03 (três) anos, caso o infrator:
 - e) não celebrar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - f) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) der causa à inexecução total do contrato.
 - h) de Declaração de Inidoneidade de contratar com a Administração Pública, será aplicada por prazo não superior a 6 (seis) anos, nas seguintes hipóteses:
 - I - por período de 3 (três) a 4 (quatro) anos, no caso de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
 - II - por período de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, nos casos de:
 - a) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;



- b) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- III - por período de 5 (cinco) a 6 (seis) anos, nos casos de:
 - a) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/13;
 - b) dar causa à inexecução total do contrato, por ato doloso que cause lesão ao erário.

9.3 Será considerada falta grave e caracterizada como falha em sua execução, o não recolhimento das contribuições sociais da Previdência Social, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a Administração, nos termos da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

10.1 O extrato do presente contrato será publicado no órgão de divulgação oficial do Município e no PNCP, conforme disposto no art. 94 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 Fica eleito o foro da comarca de São Joao do Paraíso/MG para solucionar quaisquer dúvidas quanto à execução do presente contrato.

E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

São Joao do Paraíso/MG, ____ de ____ de 2025.

SELMA MARIA MORAIS DOS SANTOS
Prefeita Municipal
São Joao do Paraíso / MG

Contratado

Testemunhas:

Nome:
CPF/MF:

Nome:
CPF/MF:



(38)93300-1891
383832-1135



prefeitura@sjparaiso.mg.gov.br
CNPJ/MF 24.791.154/0001-07



Praça Artur Trancoso, 08 - Centro
São João do Paraíso-MG-39540-000

ANEXO VII AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2090/2025

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2025

DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DOS CUSTOS

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, DECLARA que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

.....
(data)

.....
(representante legal)



(38)93300-1891
383832-1135



prefeitura@sjparaiso.mg.gov.br
CNPJ/MF 24.791.154/0001-07



Praça Artur Trancoso, 08 - Centro
São João do Paraíso-MG-39540-000

ANEXO VIII - AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2090/2025

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2025

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA A REABILITAÇÃO DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a)
Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF
nº, DECLARA que cumprirá, caso aplicável, as exigências de reserva de cargos para
pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas.

.....
(data)

.....
(representante legal)



(38)93300-1891
383832-1135



prefeitura@sjparaiso.mg.gov.br
CNPJ/MF 24.791.154/0001-07



Praça Artur Trancoso, 08 - Centro
São João do Paraíso-MG-39540-000

ANEXO IX - AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2090/2025

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2025

DECLARAÇÃO DE QUE PODE USUFRUIR DOS BENEFÍCIOS DE ME E EPP

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, DECLARA para todos os efeitos legais, que, no ano calendário de realização da licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, para fins de obtenção dos benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006.

.....
(data)

.....
(representante legal)



(38)93300-1891
383832-1135



prefeitura@sjparaiso.mg.gov.br
CNPJ/MF 24.791.154/0001-07



Praça Artur Trancoso, 08 - Centro
São João do Paraíso-MG-39540-000